

Programa

# SIMPLEX+

2016



## UM SIMPLEX AINDA + SIMPLES.



O Simplex está de volta! Mantém a sua marca original de programa transversal para a modernização do Estado, mas projeta as marcas de um tempo novo. Compromete-se a simplificar a vida das pessoas e das empresas na sua relação com o Estado e define-se como um SIMPLEX mais participado, mais co-criado, mais inovador. É o **SIMPLEX+**.

Para aqui chegar, o **SIMPLEX+** percorreu o país a ouvir cidadãos, empresários e autarcas, reuniu com Confederações, Associações e outras entidades, envolveu os trabalhadores da administração pública no processo, desafiou empreendedores a encontrar soluções de simplificação e manteve aberto em permanência um canal de participação pública. O **SIMPLEX+** definiu os problemas e desenhou as soluções. E fê-lo de modo colaborativo e transversal ao Governo através da "Rede de Pontos Focais SIMPLEX", que reúne representantes de todos os Ministérios. E, assim, chegámos ao **SIMPLEX+2016**, um programa com 255 medidas de simplificação administrativa e legislativa e de modernização dos serviços públicos.

Este é o tempo para agradecer a todas e a todos que contribuíram para o **SIMPLEX+2016**. Aos que participaram nos encontros da Volta Simplex e, em particular, aos autarcas de todo o país; a todas as Confederações, Associações e empresas que participaram no debate; aos cidadãos e trabalhadores do Estado que deram contributos; aos empreendedores e criativos que participaram no Startup SIMPLEX.

Este é também o momento de agradecer à Agência para a Modernização Administrativa e a todos os seus trabalhadores; aos membros da "Rede de Pontos Focais SIMPLEX", Bruno Maia, Vítor Escária, Stella Lino, Rute Alves, Nuno Félix, Nuno Cadete, Miguel Nascimento, Sofia Carvalho, Rosa Monteiro, Ricardo Miguéis, Mafalda Serrasqueiro, Mariana Trigo Pereira, Pedro Moreira, Miguel Rebelo de Sousa, Isabel Vaz, Inês Ferreira Alves, Hugo Lobo, Rúben Eiras, Pedro Nereu; a todo o meu gabinete, à Ângela Ferreira, à Rute Alves, ao Marcelo Silva, ao Nuno Marques Pereira, à Lisete Rodrigues, ao Maik Santos, ao Pedro Gomes, ao Ricardo Baião e à Telma Carril. Sem o vosso extraordinário trabalho, hoje não estaríamos a lançar o **SIMPLEX+2016**.

Uma última palavra de agradecimento a todos os membros do XXI Governo e, em especial, um grande muito obrigada à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, Maria Manuel Leitão Marques, e ao Primeiro-Ministro, António Costa. O apoio e confiança demonstrada ao longo de todo este caminho foi decisivo para aqui chegarmos.

Agora é tempo de passar das medidas à implementação e a monitorização de resultados. Contamos com todas e todos para o sucesso do **SIMPLEX+2016**!

Graça Fonseca

Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa

*Graça Fonseca*



# SÍNTESE EXECUTIVA



## SIMPLEX 2006/2011

O SIMPLEX é um programa do governo que visa a simplificação legislativa e administrativa, e a modernização dos serviços públicos.

Foi lançado em 2006, tendo sido até 2011, implementadas com sucesso mais de 1000 medidas de simplificação administrativa e legislativa, incluindo a administração eletrónica. A taxa de execução do programa foi sempre superior a 80%.

Os impactos foram muito positivos na vida das pessoas e das empresas, reduzindo também os custos para a administração.

Algumas dessas medidas foram distinguidas e premiadas pela Organização das Nações Unidas e pela Comissão Europeia.

Os resultados obtidos e a perceção positiva dos cidadãos e das empresas sobre o programa (avaliados de forma independente segundo diferentes metodologias) tornaram o SIMPLEX numa marca conhecida e associada a uma mudança positiva na redução de burocracia nos serviços públicos. Isso mesmo também foi reconhecido no Relatório da OCDE (2008), "Making life easy for citizens and businesses in Portugal - Administrative Simplification and e-Government"

## SIMPLEX+

Decorridos 10 anos, o SIMPLEX está de volta. Mantém a sua marca original de programa nacional único, transversal a todas as áreas de intervenção do Estado. Mantém a sua abordagem conjunta das várias vertentes da simplificação, mas projeta desafios de um tempo novo. É um **SIMPLEX + PARTICIPADO, + CO-CRIADO, + INOVADOR**.

No **SIMPLEX+2016** as necessidades dos utilizadores de serviços públicos são o principal critério para a identificação de áreas de atuação prioritária, a par das medidas de simplificação adequadas. Por isso, na preparação do programa e durante a sua execução são ouvidas as pessoas e as empresas nos locais onde vivem, onde trabalham, onde desenvolvem a sua atividade económica.



## A VOLTA SIMPLEX : ouvir antes de decidir

A Volta SIMPLEX é uma marca deste **SIMPLEX+2016**. A Volta SIMPLEX foi de norte a sul do país, incluindo as Regiões Autónomas, ouvir cidadãos e empresários, em encontros abertos à participação de todos. Desta forma, foram identificados problemas

transversais ao país e problemas específicos de determinados territórios. Decorridos 4 meses, 10.000 kms depois, com 2.000 pessoas ouvidas e 1.400 participações recebidas, temos melhores condições para apresentar um programa nacional de simplificação com medidas suscetíveis de ter impacto real na vida dos seus destinatários. Não obstante a importância da Volta SIMPLEX, o trabalho para a construção do **SIMPLEX+2016** foi bem mais abrangente.

## OUTROS CANAIS DE PARTICIPAÇÃO

Foram realizadas muitas reuniões com as **Confederações e Associações Empresariais**, com **empresas** e com **autarcas**, que permitiram identificar várias medidas de simplificação e modernização.

O canal de comunicação aberto em permanência no **site SIMPLEX+**, para o envio de propostas e ideias de simplificação, constituiu outra forma de participação muito relevante, através do qual foram recebidas muitas sugestões.

A participação e audição foi, igualmente, promovida e realizada no interior do Estado. Foi lançado o desafio a todos os trabalhadores da administração pública central para enviarem propostas para o SIMPLEX+. Muitos aceitaram esse desafio, enviando as suas ideias e sugestões.



## STARTUP SIMPLEX: estimular a inovação

A construção do SIMPLEX+ foi também uma oportunidade para estimular a inovação, motivando empreendedores e criativos a pensar sobre o setor público. Para o efeito, foi lançado, pela primeira vez, o “Startup SIMPLEX”. Esta iniciativa é um concurso para premiar ideias inovadoras que simplifiquem a vida dos cidadãos e das empresas na sua relação com os serviços públicos. Tem como objetivo principal incorporar inovação na administração pública e projetar o setor público como área de interesse para o desenvolvimento de novas ideias de serviços e produtos pelo ecossistema empreendedor nacional.

Em 2016, o “Startup SIMPLEX” recebeu 196 candidaturas com ideias para simplificar serviços e processos em diversas áreas do Estado. Foram selecionadas 10 para apresentação em formato pitch, ao vivo, perante o júri desta iniciativa. No *pitch* final saíram vencedoras as seguintes:

### - p0w | Paga ao Estado

O p0w é uma carteira digital que substitui o dinheiro-vivo. O Paga ao Estado é uma feature do p0w que permite a qualquer pessoa receber as notificações de pagamento, multas e faturas pelo telemóvel e poder pagar logo, calendarizar o pagamento ou criar um alerta. Diminui em 75% os custos do governo com este processo. Grátis, fácil e imediato (user).

### - App FIRERISK

A App FIRERISK reúne dados abertos de diferentes autoridades públicas, numa única plataforma, sobre incêndios florestais. A sua proposta de valor está ligada à área do risco, ambiente, sustentabilidade e participação do cidadão. A FIRERISK é inovadora e exclusiva em Portugal e tem como objetivo contribuir para a mudança de paradigma da participação do cidadão na mitigação dos incêndios florestais.

### - FAARM

A FAARM possibilita que as aplicações de rastreabilidade de bovinos comuniquem diretamente e em tempo real com o SNIRA - Sistema Nacional de Informação e Registo Animal. Isso fará que todas as explorações de bovinos poupem até 36€ por ano, por cabeça, em serviços. Permite também que a administração pública seja mais eficiente no controlo sanitário, com economia de custos na replicação de processos tramitados em papel.

Estas três propostas foram incluídas no **SIMPLEX+ 2016**.

## A REDE SIMPLEX+: TRABALHAR EM COLABORAÇÃO

Todo o desenho e seleção final das medidas incluídas no **SIMPLEX+2016** foi realizado em estreita articulação com todos os Ministérios, sob coordenação da Presidência do Conselho de Ministros e respetivos membros do Governo, através da “rede de pontos focais SIMPLEX+”.

A rede de pontos focais SIMPLEX+ é constituída por representantes de todos os Ministérios. Ao longo dos últimos meses trabalharam ativamente para encontrar respostas para os problemas identificados por cidadãos e empresas, através da colaboração entre vários departamentos de cada Ministério ou entre Ministérios diferentes, incluindo a colaboração com outros níveis de administração (regional e local) ou com entidades de outros setores.

## O SIMPLEX+2016

O **SIMPLEX+2016** contém medidas de simplificação legislativa e administrativa que contribuem para a melhoria da qualidade dos serviços, com particular enfoque no atendimento aos cidadãos e empresários, tendo em especial atenção os problemas identificados no processo de participação já mencionado.

No **SIMPLEX+2016** existem medidas para tornar mais fácil o cumprimento de obrigações fiscais e para a segurança social, diminuindo redundâncias e eliminando a necessidade de preenchimento de declarações e entrega de informações desnecessárias; medidas de integração e centralização de bases de dados, portais e informações, reduzindo desta maneira diversos encargos administrativos; medidas para simplificar processos de licenciamento e de início de atividades económicas; medidas que facilitam a emissão e o ciclo de vida de documentos pessoais e certidões; medidas que modernizam a forma e o modo como são prestados serviços públicos essenciais, promovendo a eficiência e eficácia da administração pública e melhorando as condições de trabalho dos funcionários públicos.

Neste programa é, igualmente, de salientar a existência de medidas que resultam da cooperação entre diversos Ministérios, como a "Carta sobre Rodas" ou os "Documentos Sempre à Mão". Todavia, também estão inscritas algumas que exigem uma articulação entre diferentes níveis da administração, como o "Voto em Mobilidade", que articula, em projeto-piloto, serviços do Estado central e da Região Autónoma dos Açores, ou o "Balcão do Empreendedor+" e o "Portal do Imobiliário Público", que associam serviços da administração central e local.

Por fim, o **SIMPLEX+2016** leva a dinâmica de simplificação para além das fronteiras dos serviços públicos, integrando medidas como o "Espaço Óbito" ou o "Seu Banco com Cartão de Cidadão" que exigem a cooperação entre o setor público e o setor privado.

## IMPLEMENTAÇÃO E MONITORIZAÇÃO: prestação de contas e participação

Compete à Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa a coordenação global do programa e à Secretária de Estado Adjunta e da Modernização Administrativa, com o apoio técnico da Agência para a Modernização Administrativa, I.P. (AMA), a conceção, gestão e monitorização de todo o programa. As medidas, em concreto, são implementadas e executadas pelos Ministérios responsáveis.

A implementação do **SIMPLEX+2016** será monitorizada em modo permanente, através de mecanismos de controlo transversal ao governo e de mecanismos de envolvimento dos cidadãos e das empresas na avaliação do impacto das medidas.

Ao nível do Governo, a monitorização é feita pela "rede de pontos focais SIMPLEX+", que é constituída por representantes dos vários Ministérios. Esta rede, que foi um elemento fundamental para a construção do **SIMPLEX+2016**, continuará o seu trabalho agora focado no acompanhamento da implementação das medidas inscritas no programa.

Serão ainda desenvolvidos mecanismos de interação com as empresas e os cidadãos, mantendo a boa prática iniciada com a Volta SIMPLEX. O objetivo é aferir a sua perceção sobre as mudanças e medir o impacto das medidas do **SIMPLEX+2016** na vida das pessoas e na atividade das empresas.

Regularmente serão disponibilizados publicamente os resultados que forem sendo obtidos e o balanço de execução do programa.



MEDIDAS AINDA  
+ SIMPLES





## 1 NASCER CIDADÃO COM MÉDICO DE FAMÍLIA

Será possível pedir o Cartão de Cidadão e ter médico de família logo no momento de nascimento, num só balcão, em todas as unidades hospitalares, onde exista balcão Nascer Cidadão. Esta medida articula-se com outras três iniciativas:

- Notícia de nascimento digital;
- Boletim de saúde infantil e juvenil online;
- Boletim de vacinas eletrónico.

A estas medidas principais junta-se ainda a criação de um pacote informativo, entregue nos balcões Nascer Cidadão, com esclarecimentos importantes sobre vacinação, segurança social, direitos laborais, licenças parentais, declaração de rendimentos, entre outros.



## 2 DOCUMENTOS SEMPRE À MÃO

Vai poder enviar, receber, armazenar e gerir os seus documentos online, simplificando a sua relação com a Administração Pública. Assim, poderá saber onde guardou os seus documentos, uma vez que estarão sempre disponíveis, seguros e num só lugar.



### 3 ESCOLA 360°

Poderá tratar de toda a vida escolar dos seus filhos num só local online:

- Matrículas, renovações e transferências;
- Informação biográfica;
- Turmas;
- Assiduidade;
- Avaliação;
- Certificados;
- Notificações (faltas, avaliações, sumários, calendários).



### 4 IRS AUTOMÁTICO

Em breve, não irá precisar de entregar a sua declaração de IRS, se for trabalhador dependente (categoria A), aposentado ou reformado (categoria H). A informação necessária é enviada diretamente à Autoridade Tributária, sem prejuízo do direito de reclamar.



### 5 TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

Vai poder entregar todos os elementos de uma só vez, online: um só processo, um só título, uma só taxa. Todos os 11 regimes jurídicos e respetivos procedimentos são integrados, georreferenciando as atividades económicas numa única base de dados compatível com a informação cartográfica oficial.



## 6 CARTA SOBRE RODAS

Será possível tratar da emissão e revalidação da Carta de Condução (categorias A e B) só com o Cartão de Cidadão, sem sair de casa, porque:

- O Atestado Médico será enviado diretamente pelo médico ao IMT;
- A morada já não consta do título;
- A fotografia e a assinatura são imediatamente transmitidas;
- No final, recebe um SMS ou email a avisar que a Carta vai chegar à morada que escolheu.



## 7 VOTO EM MOBILIDADE

Poderá votar antecipadamente e em qualquer lugar de uma forma mais rápida e simples.



## 8 PAGAMENTO DE IMPOSTOS DIRETO

Os contribuintes vão poder pagar os seus impostos através de débito direto. Esta medida será ainda apoiada por uma aplicação para smartphone que permite receber avisos sobre as datas de pagamento.



## 9 DOCUMENTOS SEMPRE VÁLIDOS

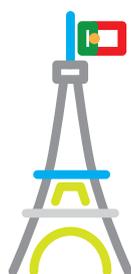
Seja por SMS ou via e-mail, será possível enviar alertas sobre o final da validade de documentos como:

- Cartão de Cidadão;
- Carta de Condução;
- Passaporte;
- Certidões permanentes.



## 10 REGISTO CRIMINAL ONLINE

Será possível pedir certificados de registo criminal através de uma plataforma online, permitindo que entidades públicas e privadas tenham acesso a essa informação durante um período de tempo.



## 11 ESPAÇO CIDADÃO – PARIS

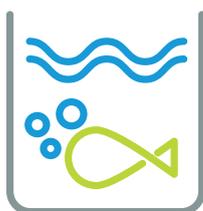
Será criado um Espaço do Cidadão no Consulado Geral de Portugal em Paris, nomeadamente com os serviços de:

- Pedido europeu de Seguro de Doença;
- Acesso à Segurança Social Direta;
- Possibilidade de obter documentos de pagamento de impostos.



## 12 ESPAÇO ÓBITO

Estarão reunidos, num só lugar, vários serviços necessários após o falecimento de um familiar. Estes serão transversais a entidades públicas e privadas.



## 13 AQUICULTURA + SIMPLES

Serão simplificados e reduzidos os prazos legais de licenciamento dos estabelecimentos de aquicultura, reduzindo os custos e potenciando os benefícios dos operadores.



## 14 DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL INTERATIVA

As empresas poderão, através do portal da Segurança Social, aceder e atualizar as informações relativas à Declaração de Remunerações dos seus trabalhadores.

Nesta plataforma online será possível:

- Consultar as qualificações dos trabalhadores;
- Validar Declarações de Remunerações;
- Comunicar com a Segurança Social;
- Aceder a dados importantes para contribuintes e beneficiários;
- Nomear e identificar representantes.



## 15 LICENCIAMENTOS TURÍSTICOS + SIMPLES

Será simplificado o licenciamento dos empreendimentos turísticos, incluindo os localizados fora dos perímetros urbanos, de forma a reduzir prazos, procedimentos e documentos, permitindo-se uma mais rápida abertura dos estabelecimentos logo após conclusão da obra.



## 16 BALCÃO CIDADÃO MÓVEL

Nas Beiras e Serra da Estrela, estarão disponíveis 15 unidades móveis de serviços públicos que incluem a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos desta região.



ADMINISTRAÇÃO  
PÚBLICA  
+ EFICIENTE



# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Voto em mobilidade</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	Regiões Autónomas
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Adoptar mecanismos de aprofundamento da participação democrática dos cidadãos, mediante o alargamento e a facilitação do exercício do direito de sufrágio antecipado e em qualquer lugar. A medida será testada em projeto-piloto com o Governo Regional dos Açores, nas eleições para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que decorrerão em 2016.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de possibilidade de voto antecipado
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>Envio de diplomas sem papel</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desmaterializar de forma progressiva os processos de envio e publicação dos diplomas e as relações entre a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e a Imprensa Nacional Casa da Moeda.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Roteiro de boas práticas autárquicas</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministro Adjunto
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver um repositório colaborativo e participativo através do qual as autarquias locais divulguem as suas medidas de simplificação administrativa e regulamentar, promovendo sinergias entre as mesmas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Reduzida articulação entre administração central e local
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Estatuto de Dirigente Associativo Jovem na Hora</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Tornar possível a emissão do estatuto de dirigente associativo jovem no momento do seu pedido, criando as condições adequadas para a verificação da conformidade legal do pedido nos balcões de atendimento do Instituto Português do Desporto e Juventude.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>MDefesa Pessoas</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Implementar o PORTAL RHV (Recursos Humanos e Vencimentos) de modo a permitir o acesso, por pessoal militar, militarizado e civil, dos três ramos das forças armadas, na efetividade ou fora da efetividade de serviço, a um conjunto de informações e de funcionalidades em matéria de recursos humanos e vencimentos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>FAARM</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma integração que possibilite que as aplicações de rastreabilidade de bovinos comuniquem diretamente e em tempo real com o SNIRA - Sistema Nacional de Informação e Registo Animal. Esta medida permitirá que todas as explorações de bovinos poupem até 36€ por ano, por cabeça em serviços, e que a Administração Pública poupe em contratos de controlo sanitário e custos de processo, com perdas de papel no sistema atual.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Concurso Startup Simplex

<b>Denominação</b>	<b>Portal Único DRAP</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar um Portal de Serviços comum às 5 Direcções Regionais de Agricultura e Pescas, agregando e desmaterializando diversos processos com impacto no funcionamento dos seus serviços e facilitando, assim, a interação com os beneficiários.</p> <p>O Portal Único DRAP permitirá designadamente: obter informação atualizada e uniformizada sobre todas as atividades e matérias da competência daquelas entidades e a desmaterialização das candidaturas e processos, poupando os beneficiários de deslocação às instalações das DRAP.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais
<b>Denominação</b>	<b>Atendimento Público avaliado</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Implementar e disponibilizar a todas as entidades da Administração Pública um sistema de avaliação imediata do atendimento aos cidadãos utilizadores de serviços públicos em todos os canais - presencial, telefónico e online - exibindo os respetivos resultados no Portal de Cidadão.</p> <p>Esta medida começará por ser implementada nas Lojas e Espaços de Cidadão, sendo alargada progressivamente a outras entidades da Administração Pública.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e inacessibilidade nos mecanismos de reclamações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Arquivo Digital</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Utilizar instrumentos transversais de gestão da informação, que visam classificar e controlar os documentos produzidos e recebidos nos organismos públicos. Estes instrumentos serão disponibilizados por uma plataforma modular de serviços partilhados, passível de integração com os sistemas de informação existentes por qualquer organismo. A plataforma permite ainda desmaterializar os procedimentos, atualmente obrigatórios, para se poder eliminar documentação em papel no Estado.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública; Sugestões provenientes de redes sociais e email.
<b>Denominação</b>	<b>Regular Melhor</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Melhorar a redação legislativa, promovendo formações em logística para os gabinetes do Governo e implementando mecanismos internos de controlo e deteção de erros, de modo a reduzir a emissão de declarações de retificação. Paralelamente, garantir a regulamentação da legislação, monitorizando a legislação do Parlamento e do Governo.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão legislativa e linguagem complexa
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Acordos parentais sempre atuais</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma nova funcionalidade que permita a transmissão eletrônica, entre o Ministério Público e as Conservatórias do Registo Civil, do despacho de concordância ou discordância com o acordo de regulação das responsabilidades parentais, no caso de divórcio celebrado nas Conservatórias.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Gestão das salas de audiência</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar, num tribunal-piloto, uma plataforma de gestão dos espaços disponíveis em cada tribunal para a realização de diligências públicas, melhorando assim a gestão dos meios e obrigando a uma coordenação dos magistrados no agendamento das diligências, de modo a evitar o adiamento de diligências sobrepostas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Saúde.doc</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma plataforma de gestão documental interna ao Ministério da Saúde, que permita: uniformizar os canais de informação e partilha de dados e desmaterializar os processos administrativos para todas as entidades. As áreas de informação prioritárias são a informação clínica e a informação administrativo-legal.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Registo Eletrónico de Certificados de Incapacidade Temporária</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Uniformizar os modelos de Certificados de Incapacidade Temporária (CIT) e desmaterializar os processos associados à sua emissão (incluindo os novos modelos "Doença Direta" e "Doença Profissional"), promovendo a interoperabilidade entre o Ministério da Saúde e o Ministério da Segurança Social.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Revoga +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Reduzir sistemática e setorialmente o stock legislativo, revogando mais leis do que aquelas que são aprovadas, por área da governação, e procedendo a um exercício de revogação sistemático de legislação que deveria estar formalmente revogada, desde 1976.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão legislativa e linguagem complexa
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Licenças e alvarás no IMPIC</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Publicar no portal e nos postos de atendimento informação sobre o prazo médio para emissão de licenças e alvarás no IMPIC (Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção).
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Livro Amarelo Eletrónico</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver e implementar uma plataforma que permita a submissão e gestão eletrónica de elogios, sugestões e reclamações, resultantes da prestação dos serviços da Administração Pública, independentemente do canal utilizado.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e inacessibilidade nos mecanismos de reclamações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Diploma legal.

<b>Denominação</b>	<b>ADSE Direta +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Permitir que o registo do beneficiário ADSE seja automaticamente atualizado com a leitura do Cartão do Cidadão. Possibilitar ainda a desmaterialização do envio para a ADSE dos documentos que comprovam o copagamento das despesas de saúde, bem como do acompanhamento do processo de reembolso.
<b>Problema que visa resolver</b>	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>InGov</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Tornar o Portal da Intranet do Governo colaborativo, através de uma melhoria da gestão de conteúdos, da disponibilização de novas funcionalidades e da criação de uma agenda comum.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>MSaúde Pessoas</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Otimizar os processos de contratação e mobilidade nas entidades do Ministério da Saúde, através da interoperabilidade da plataforma de recursos humanos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Qualificações Públicas no Cartão de Cidadão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Possibilitar aos dirigentes e funcionários públicos autenticarem-se e assinarem eletronicamente usando o seu Cartão de Cidadão, certificando as suas atribuições.
<b>Problema que visa resolver</b>	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>ADSE na sua mão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar o serviço de pedido de reembolso via web e, em seguida, via aplicação para mobile. O beneficiário poderá, através do site da ADSE Direta, submeter documentação para pedido de reembolso, preencher o pedido de reembolso e anexar a documentação de suporte. Com esta funcionalidade, o sistema ADSE irá gerar um documento com um código de barras para que os beneficiários possam, posteriormente, remeter os documentos físicos originais à ADSE.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>P(essoas)CM</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Reestruturar os serviços de gestão de recursos humanos da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, com reengenharia e desmaterialização de procedimentos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>PCM Online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Promover a renovação tecnológica da intranet da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, reformulando e automatizando os procedimentos administrativos e fomentando a produção colaborativa.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Portal do Beneficiário Militar</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Expandir o atual Portal da Assistência na Doença a Militares, permitindo o acesso dos beneficiários a um conjunto de conteúdos estruturados e atualizados por áreas de interesse e a um conjunto de serviços e funcionalidades on-line relacionados com as mesmas áreas, nomeadamente assistência na doença a militares, processos de habitação e processos de acção social complementar.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Portal Imobiliário Público</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, Ministério da Justiça, Ministro Adjunto, Ministério do Ambiente
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar um portal especializado em imobiliário público que centralize e apresente informação sobre os imóveis do Estado disponíveis para a instalação de serviços públicos (área disponível à administração pública) e para rentabilização (área disponível aos cidadãos). Esta iniciativa inclui a desmaterialização das interações a que legalmente os serviços públicos se encontram sujeitos em matéria patrimonial e de gestão de instalações. Esta medida será executada em colaboração com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>GOGA - Rede de partilha de informação da SGPCM</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar uma rede de partilha de conhecimento e informação dentro da Presidência de Conselho de Ministros, integrada com a Rede Comum de Conhecimento.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Contratação Pública + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Dividir os procedimentos em lotes com vista a incrementar ou potenciar a participação das pequenas e médias empresas nos processos de contratação pública. Divulgar a utilização de selos temporais interoperáveis, os quais podem ser utilizados em todas as plataformas de contratação pública pelos operadores económicos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e onerosidade na contratação pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Cooperativa na Hora</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Tornar possível a constituição imediata de cooperativa em balcão próprio, à semelhança da criação imediata de uma associação e de uma empresa.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Custa Quanto?</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Implementar uma metodologia de avaliação de impacto económico dos atos legislativos propostos pelos membros do Governo, focada na variação dos encargos administrativos, garantindo a existência de uma verdadeira barragem regulatória que promova a redução dos encargos administrativos globais e setoriais.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Desmaterialização do procedimento legislativo</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desmaterializar as comunicações de diplomas entre a Presidência do Conselho de Ministros (PCM) e a Assembleia da República e entre a PCM e a Presidência da República.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>SmartEDU</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Capacitar todas as entidades do Ministério da Educação com uma plataforma interna partilhada de gestão documental e de processos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Reporte Financeiro + simples na PCM</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar e desmaterializar o reporte financeiro feito pela Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros aos Gabinetes e entidades por si apoiados.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão legislativa e linguagem complexa
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Sistema integrado de gestão dos Teatros Nacionais</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma solução integrada de gestão que abranja: processos contabilísticos e financeiros, processos de aquisições e aprovisionamento, a gestão patrimonial de ativos e a gestão de recursos humanos e documental, incluindo o arquivo digital.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Sistema Integrado de Catalogação da Defesa</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Interligar o Sistema Português de Catalogação com o Sistema Integrado de Gestão da Defesa Nacional e promover a uniformização, a médio prazo, das Bases de Dados de Catalogação dos Três Ramos das Forças Armadas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Direito ao Simplex</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministro Adjunto
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar uma carta com os direitos do cidadão perante a Administração Pública e os serviços prestados. Com base neste documento, será realizado um conjunto de iniciativas de divulgação destes direitos junto de cidadãos e empresários, nomeadamente em parceria com as autarquias locais.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Tecnologias@saúde</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver um sistema de informação que possibilite a recolha de dados provenientes de diversas fontes, nomeadamente os registos nacionais de doença e sistemas de informação dos hospitais. Este sistema permitirá avaliar os resultados obtidos pelo medicamento ou dispositivo médico e consequentemente sinalizar, de forma mais eficiente, o financiamento das tecnologias da saúde relativamente aos mesmos medicamentos e dispositivos médicos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Dispositivos médicos mais simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Simplificar o processo de aquisição de dispositivos médicos pelos hospitais e outras entidades do Serviço Nacional de Saúde, dispensando a exigência de certidão comprovativa do registo do dispositivo médico, sempre que esteja disponível o código do dispositivo médico (CDM) no sítio do Infarmed.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e onerosidade na contratação pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Sistema de Alerta de Diretiva</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar um sistema de alerta e repositório de informação dos representantes de Portugal junto dos grupos de trabalho de preparação de diretivas e regulamentos comunitários, que permita a identificação dos grupos em curso, a atualização da informação e o ponto de situação dos trabalhos. Esta medida vai ainda facilitar a definição de uma estratégia de Portugal para os trabalhos em curso, bem como a transmissão de orientações que evitem criar maiores constrangimentos e burocracia para as empresas e cidadãos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>DREuropa</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Promover a adesão ao projeto europeu ELI - European Legislation Identifier (identificador da legislação europeia), que tem como objetivo facilitar o acesso, partilha e interconexão de informação legal através de sistemas de informação.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>UniLex</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Promover o desenvolvimento de exercícios de codificação e consolidação legislativa, criando equipas interministeriais, e começando por duas áreas-piloto: Justiça e Ambiente.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais
<b>Denominação</b>	<b>Competências@AP</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Permitir a identificação centralizada das competências dos trabalhadores em funções públicas. A medida operacionaliza-se através de uma plataforma eletrónica por via da qual são submetidos, pelos próprios interessados, os respetivos currículos. A base de dados assim constituída permitirá melhorar a partilha de competências dentro da Administração Pública e identificar as necessidades de formação. A medida começará por ser aplicada na Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros e aos seus funcionários.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>SG+Gov</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Proceder à reengenharia dos procedimentos inerentes ao relacionamento entre os Gabinetes dos membros do Governo e a Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Emergência médica digital</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Informatizar o registo de ocorrências efetuadas pelos Postos de Emergência Médica (PEM), bem como pelos meios integrados nos Serviços de Urgência: Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação (VMER) e Ambulâncias de Suporte Imediato de Vida (SIV).
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA + EFICIENTE

<b>Denominação</b>	<b>Selos simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar a atribuição do valor postal e a determinação da entrada em circulação das emissões de selos, assim como a fixação das características das formas estampilhadas, eliminando a necessidade de autorização ministerial.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX
<b>Denominação</b>	<b>Cédula Profissional Eletrónica da Saúde</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma web que permita aos requerentes: preencher campos online, sendo feita uma pré-validação do processo de forma automática; anexar documentos; proceder à assinatura eletrónica dos documentos submetidos, utilizando o cartão de cidadão; efetuar o pagamento por multibanco; e consultar o estado do processo da emissão da cédula.</p> <p>Com esta medida simplificam-se e desmaterializam-se os seguintes processos: a) a emissão de cédulas profissionais para Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, Podologistas e Terapeutas não Convencionais; b) os pedidos de autorização de exercício profissional; c) o reconhecimento de qualificações e declarações para trabalhar no estrangeiro; d) o certificado e diploma de grau de especialista; e) a certidão de grau de consultor e de equiparação.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.





# COMUNICAÇÕES + SIMPLES



# COMUNICAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Introdução de novos medicamentos online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desmaterializar o pedido de autorização de introdução de medicamentos no mercado.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Compreender a justiça</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Simplificar os textos das citações e notificações dirigidas aos cidadãos, garantindo o rigor jurídico e a validade processual dos atos.  Ausência de notificações eletrônicas para obrigações.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão legislativa e linguagem complexa
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Alerta pessoas em risco</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Implementação, na aplicação de registo clínico dos meios de emergência médica, de uma sinalização de cidadãos em situação de risco.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Registo de Clubes e Federações Desportivas + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Modernizar o sistema do Registo Nacional de Clubes e Federações Desportivas para que o processo de inscrição e atualização de informação seja realizado online e a informação fique disponível de imediato no Portal do Instituto Português do Desporto e Juventude.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# COMUNICAÇÕES

## + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Alvará de empreiteiro de obras públicas online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Permitir a confirmação da titularidade de alvará de empreiteiro de obras públicas pela entidade adjudicante mediante consulta à base de dados das empresas de construção, constante do site do IMPIC - Instituto dos Mercados Públicos, do Imobiliário e da Construção, tornando os processos de contratação pública mais céleres, seguros e simplificados.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e onerosidade na contratação pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Revisão do Código da Contratação Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Chave Móvel Digital +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Difundir a utilização da chave móvel digital com a entrega do Cartão de Cidadão, fornecendo um mecanismo de autenticação segura e simples de usar, sem necessidade de leitores de smartcard ou outros dispositivos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Notificações eletrônicas (SMS e email)</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Saúde, Ministério do Planejamento e das Infraestruturas, Ministério da Justiça, Ministério das Finanças, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério da Administração Interna, Ministério da Defesa Nacional, Ministro Ad
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar um serviço de notificações para cidadãos e empresas através de SMS e mensagens de correio eletrónico, por subscrição, nas diversas áreas de atuação da Administração Pública, nomeadamente:</p> <p>a) Prazo levantamento do Cartão de Cidadão;</p> <p>b) Prazo para alteração de morado no Cartão de Cidadão;</p> <p>c) Indicação de que a Carta de Condução foi remetida para a morada indicada;</p> <p>d) Notificação de despacho referente a pedidos de registo e de concessão de marcas, patentes e design, bem como alertando para o cumprimento dos prazos de pagamentos de taxas;</p> <p>e) Disponibilizar aos mandatários judiciais, a possibilidade de receberem por via eletrónica as notificações judiciais referentes a injunções onde têm intervenção (poderes de representação);</p> <p>f) Notificação das datas de vacinação;</p> <p>g) Na área fiscal e social.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>Apoio ao Investidor</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar a submissão eletrónica de candidaturas de projetos de investimento que visam ser reconhecidos como projetos de Potencial Interesse Nacional (PIN) ou beneficiar do acompanhamento pela Comissão Permanente de Apoio ao Investidor (CPAI). A utilização do Balcão do Empreendedor permitirá ainda que, tanto os promotores do investimento como as entidades que compõe a CPAI, tenham acesso a toda a informação disponível, atualizada e partilhada.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão na informação e apoios aos empresários
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# COMUNICAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Livro de reclamações on-line</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar um ponto único de entrada online dos pedidos de informação e das reclamações de consumidores, direcionando-os automaticamente para as entidades competentes.
<b>O projeto terá início em regime piloto junto de reguladores setoriais.</b>	Complexidade de procedimentos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e inacessibilidade nos mecanismos de reclamações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>IVA + simples para Instituições Particulares de Segurança Social</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desburocratizar os pedidos de reembolso de IVA suportado pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS).
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Empresas registadas com CAE secundária</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Possibilitar a associação de mais do que um Código de Atividade Económica (CAE) no momento do registo e, subsequente transmissão à Autoridade Tributária para dedução de benefícios fiscais em IRS, evitando deslocações adicionais às Finanças e garantindo que todos os CAEs são registados e relevam para efeitos legais.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Geo INEM</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver soluções de georreferenciação, gestão de meios do INEM e telemedicina baseadas em protocolos uniformizados e integrados com os instrumentos e ferramentas disponíveis nos Centros de Orientação de Doentes Urgentes (CODU) e nos meios do INEM.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# COMUNICAÇÕES

## + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Ficha Técnica de Habitação +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar a Ficha Técnica de Habitação, agregando elementos que constam de outros documentos (como o certificado energético do edifício ou o Livro de Obra).
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública; sugestão proveniente do IMPIC.

<b>Denominação</b>	<b>Dossiers individuais dos serviços prisionais</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desmaterializar os dossiers dos utentes dos serviços prisionais de modo a agilizar o acesso à informação, contemplando de forma agregada, entre outras, as solicitações judiciais, correspondentes respostas, e medidas no âmbito de processos penais e tutelares educativos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>e-balcão do artista</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma que auxilie os criadores e artistas nos procedimentos que devem seguir quando necessitam de apoio financeiro para a criação do seu projeto artístico.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>eCall – serviço de chamadas de emergência europeia</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	Entidades Privadas
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Implementar o eCall, projeto de âmbito europeu que prevê a instalação de dispositivos nos veículos automóveis novos a partir de 2017, permitindo efetuar chamadas de emergência para o 112 ou serviço de emergência georreferenciado equivalente em qualquer país da União Europeia. O dispositivo pode iniciar uma chamada automática e envia um conjunto de dados, caso o condutor fique impedido de o fazer. Esta iniciativa será concretizada em parceria com entidades privadas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# COMUNICAÇÕES

## + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Em contato com a Entidade Reguladora Saúde</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma linha de atendimento da Entidade Reguladora da Saúde (ERS), com as seguintes funcionalidades: a) Consulta do estado do processo da reclamação, bem como da decisão e respetiva fundamentação; b) Pré-preenchimento de formulários; c) Envio de certidões de registo; d) Envio de toda a documentação relativa ao processo de licenciamento; e) Apoio a todo o procedimento de acesso ao Sistema de Gestão de Reclamações (SGREC).
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de meios de pagamento de obrigações fiscais das empresas mais simples
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Autenticação.gov +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Educação, Ministério do Ambiente, Ministério das Finanças, Ministério da Saúde
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Alargar o fornecedor de autenticação a mais serviços da Administração Pública. Este mecanismo de autenticação, disponibilizado através do sistema "Autenticação.gov.pt" oferece diferentes níveis de segurança, em função dos serviços prestados. Desta forma o cidadão terá uma única password, podendo autenticar-se nos sites dos principais serviços públicos, tais como na área da educação, ambiente, saúde, finanças, segurança social, entre outros.
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>Lei Clara</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar a consulta de legislação por cidadãos que não tenham conhecimentos jurídicos, elaborando resumos, em linguagem clara e acessível, do texto dos diplomas, em português e inglês. A medida prevê ainda a criação de 'manuais de instruções' de decretos-leis e a redução da publicação em suplementos do Diário da República.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão legislativa e linguagem complexa
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Senha fiscal na hora</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	A senha de acesso ao portal das finanças passa a ser gerada aquando da criação do NIF (número de identificação fiscal).
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# COMUNICAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>REN Digital</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Ambiente
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Submeter automaticamente as cartas da Reserva Ecológica Nacional (REN) para publicação no Diário da República e depósito na Direção-Geral do Território, mediante a utilização da plataforma Sistema de Submissão Automática para Publicação e Depósito de Instrumentos de Gestão Territorial (SSAIGT), assegurando a visualização destas no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).
<b>Problema que visa resolver</b>	Reduzida articulação entre administração central e local
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Prestações Familiares + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Tornar automático o acesso às prestações familiares, um procedimento que é ainda realizado presencialmente e através de requerimento em papel ou através da Segurança Social Direta por preenchimento de um formulário em PDF, que transita da mesma forma que o requerimento digitalizado.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Reembolso de IVA para sujeitos fora da Comunidade + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Possibilitar a submissão eletrónica do pedido de reembolso de IVA e implementação de regras de controlo e validação automáticas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Taxas moderadoras dos Bombeiros + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Tornar automática a atualização do benefício de isenção do pagamento de taxas moderadoras para Bombeiros no Registo Nacional de Utentes.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# COMUNICAÇÕES

## + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>112.pt para pessoas com deficiência</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Capacitar o serviço de atendimento de emergência 112 com a aplicação mobile 112.pt, que complementar os canais de comunicação de voz e texto (SMS), e integrará a comunicação por vídeo.</p> <p>Deste modo, o sistema de chamadas de emergência português tornar-se-á inclusivo para cidadãos com dificuldades de comunicação (nomeadamente surdos e mudos), que poderão passar a utilizar as seguintes funcionalidades: envio de SMS pré-definidos para o 112; envio de SMS customizados pelo chamador para o 112; envio de SMS com texto livre para o 112; georreferenciação do SMS, enviando a melhor localização disponibilizada pelo equipamento; possibilidade de comunicação com os Centros Operacionais do 112.pt com recurso a vídeo chamada.</p> <p>A aplicação disponibilizará ainda um serviço de vídeo intérprete online que, utilizando a Língua Gestual Portuguesa, possibilitará comunicar com um surdo através do canal de vídeo e facilitará o registo e encaminhamento para as entidades de despacho da ocorrência.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>Referenciação eletrónica nos Cuidados Continuados Integrados</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desmaterializar a referenciação na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), simplificando o processo de sinalização e referenciação da rede, e garantindo a interoperabilidade entre os sistemas de informação da rede, dos hospitais, dos cuidados de saúde primários, da segurança social e dos prestadores.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Reclamações, sugestões e elogios na Saúde</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar permissões de acessos externos seguros a volumes e tipologias de reclamações tratadas pela Entidade Reguladora de Saúde às instituições com competências nesta área.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e inacessibilidade nos mecanismos de reclamações
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>RnFE - Registo Nacional de Fornecedores do Estado</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar o "Registo Nacional de Fornecedores do Estado", no âmbito da contratação pública, que dispensará os operadores económicos de terem de fazer prova de idoneidade e de inexistência de dívidas às Finanças e à Segurança Social perante cada entidade pública. Este registo permite ainda estruturar um catálogo de fornecedores do Estado (por tipo de bens, serviços ou obras aptos a realizar).
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e onerosidade na contratação pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais

# COMUNICAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>SIGAEconomia</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Implementar um interface eletrónico para a gestão dos processos de acreditação (SIGA), tendo em vista facilitar a comunicação do Instituto Português de Acreditação I.P. (IPAC) com os seus clientes. Este interface permitirá o acompanhamento em tempo real, e de forma integrada e abrangente, dos respetivos processos de acreditação.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Sistema de avisos em processos criminais</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar um serviço de avisos para cada fase do processo de queixa submetido eletronicamente, tornando transparentes as suas fases e o tempo de resposta entre cada uma delas e permitindo ao cidadão uma avaliação e monitorização da qualidade dos serviços e prazos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Segurança Alimentar - acesso eletrónico aos resultados laboratoriais</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar em tempo real, no site da Autoridade de Segurança Alimentar e Económica, o resultado quanto à aprovação/reprovação das amostras de Pedidos de Verificação Técnica de Bebidas Espirituosas de Origem Vitivinícola - PVT. Adicionalmente, os boletins de análises passam a ser assinados digitalmente e enviados automaticamente por email aos cliente.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Saúde transfronteiriça digital</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Otimizar o sistema de apoio à gestão da mobilidade de doentes no âmbito dos Cuidados de Saúde Transfronteiriços (plataforma SAGMD), de forma a garantir a agilização dos processos de autorização prévia e reembolso eletrónico.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# COMUNICAÇÕES

## + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Registo nacional de dadores sempre atualizado</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Possibilitar a atualização automática dos dados relativos aos dadores de sangue, implementando soluções de interoperabilidade entre os diversos sistemas de registo de dádivas de sangue e o registo nacional de utentes. Esta medida permitirá ainda deixar de utilizar papel nas sessões de colheita, com exceção do Consentimento informado e esclarecido dos dadores (que tem de ser devidamente assinado) e das guias de transporte de material e produtos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Registo único de graus académicos estrangeiros</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Facilitar o reconhecimento e ou a equivalência a graus estrangeiros por parte do ensino superior português, através do desenvolvimento de uma plataforma eletrónica de gestão centralizada, que permitirá a atribuição de um número único a cada grau/reconhecimento efetuado.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.





DOCUMENTOS  
+ ACESSÍVEIS



# DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

<b>Denominação</b>	<b>Receita sem papel Plus</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Promover a desmaterialização integral em todo o território nacional da receita de medicamentos através de acessos eletrónicos autenticados para os cidadãos e profissionais de saúde.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Alteração da morada uma só vez +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas, Ministério da Justiça, Ministério das Finanças, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Entidades Privadas
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Tirar partido do processo de alteração da morada subjacente ao Cartão de Cidadão, permitindo, mediante consentimento, a comunicação entre as diversas entidades públicas e, sempre que solicitado pelo cidadão, comunicar a morada declarada e confirmada (com o envio de carta para a morada indicada pelo cidadão) também a outras entidades, nomeadamente para serviços económicos de interesse geral (água, luz, gás, comunicações e outros). Prevê-se que o projeto seja implementado em 2 partes: i) Na Internet, via Portal de Cidadão, o cidadão poderá autorizar que outras entidades sejam notificadas da alteração de morada; ii) Presencialmente nas Lojas do Cidadão e Balcões de Cartão de Cidadão, beneficiando do sistema de Ciclo de Vida do Cartão de Cidadão. No âmbito desta medida será também disponibilizado um mecanismo central de autorizações que permita ao cidadão num só local - o Portal de Cidadão - dar autorização para a transmissão de informação entre entidades públicas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Nascer Cidadão +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar o serviço de pedido de Cartão de Cidadão em ato contínuo ao Registo de Nascimento, num só balcão em todas as unidades hospitalares, onde exista balcão Nascer Cidadão.
<b>Problema que visa resolver</b>	Reduzida validade e morosidade na emissão de documentos pessoais
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais
<b>Denominação</b>	<b>App Bolsa Eletrónica de Saúde</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma aplicação que permita disponibilizar, mesmo em offline, os vários boletins com informação do Sistema Nacional de Saúde, notificações personalizadas e tradução no estrangeiro. Esta aplicação possibilitará ainda aceder ao resumo clínico do utente, ao boletim de vacinas, à receita sem papel, ao testamento vital e ao calendário do utente.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

<b>Denominação</b>	<b>Registo Criminal dos Professores</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>A medida visa disponibilizar, na área de cada candidato no Sistema Interativo de Gestão de Recursos Humanos da Educação (SIGRHE), um menu onde ele autoriza o diretor da escola de provimento ou colocação a pedir o seu registo criminal para os devidos efeitos.</p> <p>Posteriormente, o diretor, na sua área restrita do SIGRHE, irá emitir um requerimento aos serviços do Ministério da Justiça, disponibilizando a listagem dos docentes que deram a autorização e dos dados necessários que podem ser exportados da aplicação.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Reduzida validade e emissão complexa do certificado de registo criminal
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>Documentos sempre à mão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma "bolsa de documentos" para garantir uma solução online integrada no Portal de Cidadão que permita enviar, receber, armazenar e gerir documentos eletrónicos ou digitais.</p> <p>A aplicação pretende facilitar a relação dos cidadãos e agentes económicos com a Administração Pública, no âmbito da prestação de um serviço, e funcionará como um repositório central, garantindo a disponibilização segura dos documentos, a sua certificação e também a notificação dos utilizadores acerca da evolução do estado dos mesmos.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Registo Civil Online +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Permitir que o cidadão possa solicitar online a certidão permanente de todas os tipos de assentos do registo civil (nascimento; casamento; óbito; declaração de maternidade e perfilhação).
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Documentos sempre válidos</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Enviar aos cidadãos e às empresas através de SMS e mensagens de correio eletrónico, por subscrição, alertas de aviso do fim do prazo de validade dos documentos, nomeadamente: a) Cartão de Cidadão; b) Carta de Condução; c) Passaporte; d) Certidões Permanente; e) Certificado de Admissibilidade de Firma;
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

<b>Denominação</b>	<b>Formulários fiscais sempre disponíveis</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Tornar possível a impressão dos formulários da Autoridade Tributária e Aduaneira com validade legal.
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade e complexidade de formulários
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Atestado Médico Multiuso digital</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Uniformizar e desmaterializar o processo de emissão e transmissão de dados de atestados médicos de incapacidade, através de um registo nacional.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Registo Criminal online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma que permite a apresentação online de pedidos de certificados de registo criminal por particulares e pessoas coletivas, disponibilizar a certidão em formato desmaterializado e a possibilidade de, com um código de consulta, substituir a necessidade de entrega do documento em papel que autorizará, qualquer entidade pública ou privada, a consultar a informação
<b>Problema que visa resolver</b>	Reduzida validade e emissão complexa do certificado de registo criminal
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Certidão de inexistência de património</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Tornar possível obter online certidões em que se demonstre que o contribuinte não é proprietário de quaisquer prédios.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

<b>Denominação</b>	<b>Carta sobre rodas</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, Ministério da Administração Interna
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Relativamente às categorias A e B da carta de condução serão implementadas as seguintes medidas: <ul style="list-style-type: none"> <li>· Desmaterialização do processo de emissão de cartas de condução;</li> <li>· Atestado médico eletrónico, transmitido diretamente pelo médico aos serviços do IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, o que permite o registo automático de inaptidões;</li> <li>· Revalidação/emissão de guia de carta de condução;</li> <li>· Eliminação da referência à morada na carta de condução;</li> <li>· Disponibilização pública de indicadores de qualidade de serviço (prazos médios de emissão da carta de condução).</li> </ul>
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade na emissão e tempo de validade curto da Carta de Condução
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Passaporte passageiro frequente</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar um modelo específico de Passaporte Português para viajantes frequentes, com mais páginas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Reduzida validade e morosidade na emissão de documentos pessoais
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Cartão de Cidadão +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Dotar o Cartão de Cidadão de novas características e funções que permitam reduzir o número de deslocações dos cidadãos aos serviços. Entre elas encontram-se:</p> <p>a) Prazo de validade de 10 anos, a partir de determinada idade;</p> <p>b) Possibilidade de emissão de uma segunda via do documento contendo os códigos PIN e PUK, evitando um novo pedido de cartão caso o cidadão perca ou esqueça os códigos</p> <p>c) Fidelização, de forma facultativa, de um número de telefone ou telemóvel ou de um endereço eletrónico para comunicações entre a Administração Pública e o cidadão;</p> <p>d) Associação, de forma facultativa, do Cartão de Cidadão a serviços de notificação eletrónica que possam substituir, com valor legal, as cartas enviadas por via postal pela administração pública ao cidadão;</p> <p>e) Envio automático de SMS ou emails, com a indicação da necessidade de renovação do cartão, quando este esteja próximo do fim da sua validade;</p> <p>f) Alargamento da massificação da utilização da Chave Móvel Digital, com entrega simultânea da mesma aquando do levantamento do novo Cartão de Cidadão.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública
<b>Denominação</b>	<b>Cartão de Cidadão na hora para cidadãos com insuficiência económica</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Possibilitar que o cidadão em situação de insuficiência económica, que pretende solicitar a redução da taxa aplicada ao serviço de Cartão de Cidadão com base no respetivo documento comprovativo, possa efetuar num só balcão o pedido deste documento de identificação, sem deslocações adicionais à Segurança Social.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# DOCUMENTOS + ACESSÍVEIS

<b>Denominação</b>	<b>Cédula Militar desmaterializada</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desmaterializar a Cédula Militar, documento onde são objeto de averbamento todos os elementos relativos às obrigações militares do cidadão nacional, sendo a desmaterialização consubstanciada através da disponibilização do documento diretamente na Bolsa de Documentos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>O meu processo judiciário eletrónico</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar uma funcionalidade que permita, de modo devidamente credenciado (nomeadamente através do Cartão de Cidadão), o acesso e acompanhamento do estado dos processos em tribunal, salvaguardando o respetivo segredo de justiça, bem como introdução de mecanismos de informação ao cidadão, designadamente nas citações e notificações, com a indicação da duração média expetável do processo que está em curso.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Certificação de Atributos Empresariais no Cartão de Cidadão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar aos administradores, dirigentes e trabalhadores das empresas a possibilidade de autenticação e assinatura em representação da empresa. Para o efeito, o Sistema de Certificação de Atributos Profissionais permitirá a criação do perfil da empresa, desmaterializando o pacto social e atos permitidos aos administradores, utilizando o Cartão de Cidadão para autenticação e assinatura na qualidade respetiva.
<b>Problema que visa resolver</b>	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Certidão Judicial online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar uma certidão judicial eletrónica, desmaterializada, com um código único, que substituirá a necessidade de entrega do documento em papel e que permitirá, a qualquer entidade pública ou privada, consultar essa informação. Numa primeira fase abrangerá a jurisdição comum.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais



# LICENCIAMENTOS + ÁGEIS



# LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

<b>Denominação</b>	<b>Certificação de profissionais de segurança privada</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Implementar um centro de exames, em suporte informático, que permita a descentralização distrital da realização de testes de acesso à profissão de segurança privado e de renovação de título habilitante, atendendo a um critério de uniformização das provas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Licença para caçador + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Simplificar e modernizar o processo administrativo, através de procedimento único, para obtenção de carta de caçador e de licença de uso e porte de arma, após aprovação em exame e do pagamento das taxas respetivas. Esta medida implica a coordenação entre a Polícia de Segurança Pública (PSP) e o Instituto Conservação da Natureza e Florestas, IP (ICNF, IP), criando uma plataforma digital, suportada pelo Sistema de Informação central da PSP, onde possam ser gerados de forma automática os exames únicos, com questões colocadas pela PSP e questões colocadas pelo ICNF, IP. Para os cidadãos que optem por não realizar o exame único, prevê-se a realização dos 2 exames distintos no mesmo dia.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Licença de Mediação Imobiliária "na hora"</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Emitir a Licença de Mediação Imobiliária no momento em que é requerida.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Licenciamentos turísticos + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar o licenciamento dos empreendimentos turísticos, nomeadamente através da possibilidade de abertura após conclusão da obra, redução do número de entidades envolvidas no processo, diminuição de documentos e processo integrado para instalação de empreendimentos turísticos fora dos perímetros urbanos, incluindo Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) e licenciamento urbanístico.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

# LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

<b>Denominação</b>	<b>Segurança das instalações de gás em edifícios + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Aprovar um novo regime relativo às condições de segurança das instalações de gases combustíveis em edifícios (instalações de gás), que elimine os encargos para os cidadãos e empresas desproporcionados relativamente ao objetivo de garantir a segurança deste tipo de instalações.</p> <p>Neste contexto, será eliminada designadamente: a necessidade de aprovação do projeto de instalação de gás, sendo tal aprovação substituída por termo de responsabilidade do autor do projeto, legalmente habilitado, que ateste a conformidade do mesmo com as regras legais aplicáveis; e será dispensada a realização de nova inspeção nas situações de alteração da titularidade do contrato de gás/e ou mudança de comercializador, que não impliquem alterações nos equipamentos.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Vistorias nas embarcações iguais para todos</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Harmonizar o regime de segurança da navegabilidade e das respetivas vistorias em relação às embarcações de pesca inferiores a 24 m e às restantes embarcações não abrangidas pelas convenções internacionais e legislação comunitária. Com estas alterações pretende-se não só alinhar a legislação nacional pelo padrão internacional como também simplificar procedimentos.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Licenciar farmácias + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar um novo portal eletrónico para simplificar a submissão dos processos de licenciamento de farmácias e melhorar a comunicação com as entidades envolvidas, designadamente proprietários de farmácias ou potenciais proprietários. Esta medida incluirá: a) Supressão do averbamento de ónus em Alvará de farmácia; b) Substituição do averbamento de ónus que recai sobre qualquer participação social em alvará pelo registo; c) Simplificação dos procedimentos associados ao licenciamento de farmácias e distribuidores; d) Simplificação da instrução do processo de transferência de farmácia.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Autorização Excepcional de Medicamentos mais simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	O licenciamento dos empreendimentos turísticos será simplificado, nomeadamente através da possibilidade de abertura do empreendimento logo após conclusão da obra, redução do número de entidades e de documentos do processo. O processo para localização de empreendimentos turísticos fora dos perímetros urbanos será ainda simplificado, integrando-se num mesmo ato todas as operações urbanísticas e de alteração aos instrumentos de gestão territorial, de forma a dar respostas claras e céleres aos promotores sobre a construção e abertura de empreendimentos turísticos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

<b>Denominação</b>	<b>Plataforma do Mar</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma com a geo-referenciação das atividades económicas realizadas em meio marinho, bem como promover a integração no balcão do Empreendedor, com ligação ao licenciamento ambiental e industrial, dos licenciamentos dessas atividades. Na fase de arranque do projeto serão integrados os licenciamentos no sector da energia, designadamente no licenciamento de petróleo e gás, no licenciamento de eólica offshore e ondas; no sector da pesca lúdica e desportiva, no mergulho profissional, nas embarcações e nas taxas de frolagem e balizagem, via licenciamento AM e Capitania online; e no sector da aquacultura.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>TUA - Título Único Ambiental</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Ambiente
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar o Título Único Ambiental (TUA) que integra 11 regimes jurídicos e respetivos procedimentos. Trata-se de um processo, um título, uma taxa, que permite aos requerentes entregar todos os elementos instrutórios numa única vez através da internet, integrando todos os procedimentos necessários subsequentes e georreferenciando as atividades económicas numa única base de dados, compatível com a informação cartográfica oficial. Em complemento, a presente medida possibilitará a articulação entre todas as entidades intervenientes, o Balcão do Empreendedor e o sistema da indústria responsável, garantido um processo transparente para os cidadãos, com controlo e harmonização de prazos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Náutica de Recreio</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Dinamizar a náutica de recreio e criar condições para o crescimento do número de praticantes, contribuindo, em consequência, para o desenvolvimento das atividades económicas associadas e uma aproximação ao mar. Para tal, trabalhar-se-á em dois vetores fundamentais: os processos associados às embarcações e os processos associados à habilitação para a prática, com particular atenção ao trabalho desenvolvido ao nível do desporto escolar.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>Portal de Segurança Contra Incêndio em Edifícios</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver o Portal de Segurança Contra Incêndios em Edifícios de modo a permitir a tramitação desmaterializada dos procedimentos previstos no regime legal. Passam assim a poder ser efetuados de forma desmaterializada: a entrega de requerimentos e documentos pelos requerentes; a consulta do estado dos procedimentos também pelos interessados; o envio de pareceres, relatórios de vistorias e de inspeções no âmbito da segurança contra incêndios em edifícios, quando solicitados à Autoridade Nacional de Proteção Civil; e a comunicação da decisão.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

<b>Denominação</b>	<b>Balcão do Empreendedor +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Economia, Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, Ministério do Ambiente, Ministério das Finanças, Ministério do Mar
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Disponibilizar progressivamente processos de licenciamento de acesso e de exercício de atividades económicas no Balcão do Empreendedor, garantindo a utilização de webservice para integração dos processos nas aplicações das entidades que os tramitam, nomeadamente: a) Atividades de prestamistas, leiloeiras e outros previstos no regime jurídico das atividades de comércio e serviços e restauração (RJACSR); b) Atividades relativas ao Mar; c) Atividades relativas à pecuária; d) Licenciamento industrial (SIR); e) Licenciamento industrial (LUA); f) Controlo prévio urbanístico (SIRJUE). Prevê-se que até Maio de 2017 estejam integrados 40% dos processos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX
<b>Denominação</b>	<b>Aquicultura + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Racionalizar e agilizar os procedimentos administrativos, designadamente na redução do prazo legal do licenciamento dos estabelecimentos de aquicultura, e reduzir o número de licenças, utilizando os documentos que titulam a ocupação de espaço público e recursos aquáticos, como o título de início de atividade.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>Reconhecimento das unidades de saúde</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar uma bolsa de entidades externas emissoras de certificados de cumprimento de requisitos de licenciamento, implementando um procedimento simples para o reconhecimento das entidades (composto por registo da candidatura, avaliação e decisão).
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Simplificar o regime da ourivesaria e contrastaria</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério das Finanças, Ministério da Cultura, Ministério da Economia
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar o regime de acesso e exercício da atividade da ourivesaria e da contrastaria, como seja o licenciamento, o âmbito de aplicação, as obrigações no exercício da atividade e as regras de contraste.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

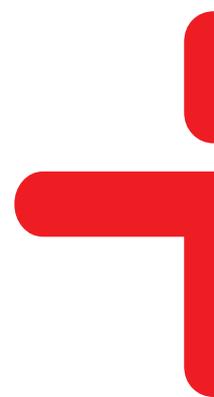
# LICENCIAMENTOS + ÁGEIS

<b>Denominação</b>	<b>Licenciamento das Instalações Elétricas + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Aprovar um novo regime de licenciamento das Instalações Elétricas de Serviço Particular (instalações do tipo A, B e C) no sentido da sua simplificação, eliminando, designadamente, a necessidade de aprovação do projeto de instalação elétrica, sendo tal aprovação substituída por termo de responsabilidade do autor do projeto legalmente habilitado, que ateste a conformidade do mesmo com as regras legais aplicáveis.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.





MAIS SERVIÇOS E  
+ INFORMAÇÃO  
NUM ÚNICO LOCAL



# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Balcão 2020 +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Melhorar a gestão das candidaturas e projetos submetidos ao Portugal 2020 através das seguintes iniciativas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolvimento de uma nova versão da área reservada online dos promotores, tendo presente o alargamento das atuais funcionalidades e a maior eficiência processual;</li> <li>- Realização de inquéritos de satisfação bienais (a partir do 4.º Trimestre de 2016), de modo a promover a melhoria contínua do Balcão 2020 e a sua orientação para os utilizadores;</li> <li>- Criação de mecanismos eletrónicos que permitam a aceitação eletrónica da decisão de aprovação das candidaturas, sem necessidade de assinatura em papel;</li> <li>- Estabelecimento de um procedimento automático que permita ao promotor desistir de uma candidatura através da sua área online reservada no Balcão 2020;</li> <li>- Desmaterialização do processo de validação da situação dos promotores perante o fisco.</li> </ul>
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Senhas de atendimento online para os Centros de Emprego do IEFP</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar informação sobre senhas e emissão de senhas eletrónicas para os Centros de Emprego do IEFP, IP através do Mapa do Cidadão.
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Espaço Óbito</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério das Finanças, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Entidades Privadas
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar, em projeto-piloto, o Espaço Óbito que reúne num único local de atendimento um conjunto de serviços transversais a várias entidades, públicas e privadas, a que é necessário recorrer após o falecimento de um familiar. Este novo serviço será disponibilizado na rede de serviços do Ministério da Justiça.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Catálogo de produtos de apoio para pessoas com deficiência e incapacidade</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criação de plataforma e implementação de um catálogo nacional on-line que permita melhorar o acesso à informação por parte dos/das cidadãos e cidadãs e das entidades financiadoras do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio às deficiências ou incapacidades (SAPA). Desenvolvimento da base de dados de registo e do Sistema de informação de Atribuição de Produtos de Apoio – melhoria, dos processos associados ao financiamento destes produtos (cadeiras de rodas, bengalas, óculos e outros), permitindo simplificação, transparência e controlo na sua atribuição.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Portal do cidadão; e mail.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Casa Pia Online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar e tornar mais acessível o suporte da informação prestada aos alunos e aos cidadãos na sua interação com a Casa Pia, nomeadamente através das seguintes iniciativas: criação do espaço Educandos, que facilitará o relacionamento virtual com alunos e famílias; disponibilização de formulários para requerimentos e da possibilidade de pagamentos online.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Ensino Superior 360º</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Centralizar toda a informação respeitante a inscrições e frequências no ensino superior, podendo esta informação ser disponibilizada ao estudante ou a entidades públicas que dela necessitem, a requerimento daquele. A informação será comunicada pelas Instituições de Ensino Superior e ficará armazenada centralmente na Direção-Geral de Ensino Superior (DGES), sendo fornecida aos serviços públicos através da Framework de Serviços Comuns da Administração Pública. Este sistema de informação centralizada será constituído por 3 componentes: 1) um repositório com o historial do estudante em termos de frequência do ensino superior; 2) um back office para consulta da DGES; 3) uma componente de serviços com disponibilização de serviços de forma automática.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Espaço do Cidadão no Consulado de Paris</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Projeto-piloto do Espaço do Cidadão a desenvolver no Consulado Geral de Portugal em Paris.
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Escola 360º</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Consolidar os processos de gestão escolar no ensino pré-escolar, básico e secundário numa aplicação centralizada, fiável, segura e menos onerosa. Esta medida arrancará no ano letivo de 2016/2017 com um projeto-piloto que abrangerá 15 escolas e organismos centrais, e permitirá melhorar o tratamento e gestão dos 7 principais processos administrativos relacionados com os alunos, a saber: 1) matrículas, renovações e transferências; 2) gestão de informação biográfica; 3) turmas; 4) assiduidade; 5) avaliação; 6) certificados; 7) notificações dirigidas aos encarregados de educação relativas a faltas, avaliações, disponibilização de sumários, calendários de avaliação.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Casa Pronta +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Alargar o âmbito de aplicação do serviço Casa Pronta (procedimento especial de transmissão, oneração e registo de imóveis) a mais negócios, como a compra e venda com locação financeira e a divisão de coisa comum. Esta medida também irá permitir que, no ato da compra da sua habitação própria permanente num balcão Casa Pronta, possa em ato contínuo efetuar o pedido de alteração de morada no Cartão de Cidadão e agendar a alteração de morada dos respetivos membros do agregado familiar, se for o caso. Tal alteração é desde logo comunicada à Autoridade Tributária Aduaneira (AT) e demais entidades.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>EDU_Autenticação Única</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Permitirá uma autenticação única em todos os sistemas e aplicações do Ministério da Educação. A medida é direcionada para todos os utilizadores que interagem com os sistemas da educação, tais como: alunos, encarregados de educação, pessoal docente, pessoal não docente, colaboradores dos organismos da educação, entre outros.
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Ensaaios clínicos digitais</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar um portal eletrónico sobre ensaios clínicos, que irá permitir:</p> <p>a) O desenvolvimento de um registo centralizado de entidades que participam em ensaios clínicos;</p> <p>b) A centralização e desmaterialização dos pedidos de pareceres relativos a ensaios clínicos;</p> <p>c) A divulgação de informação aos agentes do sector e cidadãos.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Abrir um restaurante</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar online no Portal de Cidadão um guia para a instalação e exploração de estabelecimentos de restauração e bebidas, contendo toda a informação relevante, incluindo em matéria fiscal.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Cooperação Online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Melhorar e simplificar o acesso aos serviços e a submissão online das candidaturas das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento e das Fundações às linhas de financiamento dos projetos de Cooperação.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>DACULTURA</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Reestabelecer a presença digital do Ministério da Cultura através de um portal web multiplataforma, onde será disponibilizada uma montra de conteúdos de informação útil, centrada e agregada, sobre os vários espaços e atividades culturais, entre outros.</p> <p>Esta medida inclui ainda:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- a desmaterialização das obras físicas, especificamente a transição de suportes físicos (livros em papel, discos em vinil, etc.) para suportes multimédia (livros digitais, streaming de vídeo e áudio);</li> <li>- a modificação dos canais unidirecionais para canais de comunicação bidirecionais, aditando-se canais bidirecionais como as redes sociais e portais de comunidades;</li> <li>- a substituição do sistema presencial (loja local, promotor local) por um sistema digital (redes sociais, lojas online, portais informativos).</li> </ul>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Balcão Único do Emprego</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	<p>Concentrar num único espaço físico e ou plataforma digital todas as interações dos cidadãos desempregados nos processos de procura ativa de emprego e de formação profissional, bem como dos empregadores nos processos de seleção e contratação de novos colaboradores, ou de reconversão e adaptação de recursos humanos.</p> <p>Pretende-se assim melhorar o funcionamento dos serviços públicos de emprego, por via de uma otimização da utilização dos canais disponíveis para processamento destas interações.</p> <p>O Balcão vai compreender um conjunto de medidas, designadamente a desmaterialização de interações entre cidadãos, empresas e serviços públicos de emprego (tais como inscrições/candidaturas online, documentos digitais, disponibilização de informação e mecanismos de pesquisa no portal "NETEmprego").</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX
<b>Denominação</b>	<b>Balcão de Heranças e Divórcios com Partilha +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Tornar possível a celebração de contratos mútuos com ou sem hipoteca no Balcão de Heranças e Divórcios com Partilha. Esta medida inclui a disponibilização de modelos de minutas de contratos e acordos nos respetivos processos, como sejam os de divórcio, herança e poder paternal.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Testamento online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Permitir verificar online se o familiar falecido deixou testamento e o local onde o mesmo foi realizado, através de uma plataforma informática.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Balcão da Inclusão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Implementar um Sistema de Atendimento Integrado – Balcão da Inclusão. Trata-se de um sistema/rede de balcões físicos de atendimento acessível, integrado, de cariz territorial para pessoas com deficiência ou incapacidade e suas famílias, bem como Organizações Não Governamentais, técnicos/as, e outras pessoas ou entidades interessadas. Pressupõe informações relevantes das diversas áreas, imagem própria, acessibilidades comunicacionais e uniformização de atendimento.</p> <p>O projeto piloto dos 5 Balcões da Inclusão terá início no Instituto da Segurança Social, IP (a decorrer) e integrará a atual rede de serviços de informação e mediação para pessoas com deficiência ou incapacidade (SIM – PD). Para tal, é necessário um sistema de informação integrado (alojado no Instituto Nacional de Reabilitação, IP) e um sistema de gestão de atendimento (ex. SIGA - sistema integrado de gestão de atendimento). Prevê-se a sua integração em Espaços do Cidadão.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>BIME – Plataforma de informação EDU</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Melhorar o desempenho da BIME – plataforma agregadora da informação residente nos sistemas de informação do Ministério da Educação, relativa a escolas, alunos, turmas, pessoal docente, pessoal não docente e informação financeira, que pretende dotar, em tempo real, os diferentes organismos da informação necessária à tomada de decisão.</p> <p>Em concreto, promover-se-á a atualização da plataforma e o desenvolvimento de duas áreas distintas:</p> <p>(i) uma para consulta das autarquias, tendo em vista a disponibilização da informação necessária ao planeamento municipal da educação;</p> <p>(ii) e outra pública, que visa disponibilizar informação útil ao cidadão relativamente às escolas públicas.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Balcão Cidadão Móvel</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministro Adjunto
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar na Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela 15 unidades móveis de serviços públicos da Administração Local e Central com as características do Balcão do Cidadão, integrando a prestação de cuidados de saúde e outros serviços de proximidade aos cidadãos deste território.</p> <p>Esta medida será executada em colaboração com a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Serviços públicos com reduzida cobertura territorial
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública; CIM Beiras e Serra da Estrela.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>DRU - Diário da República Universal</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Melhorar o acesso ao Diário da República através das seguintes iniciativas: a) Alargamento da informação constante da parte pública e gratuita do portal "dre.pt"; b) Incremento dos serviços disponíveis no Diário da República Eletrónico, nomeadamente através da melhoria das funcionalidades de pesquisa, do enriquecimento da informação do Diário da República com informação proveniente de outras fontes, e da criação de um sistema de leitura acessível e compreensível de imagens, mapas e plantas; c) Eliminação integral da publicação do Diário da República em papel.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX
<b>Denominação</b>	<b>Certificados de autorização do medicamento online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar um portal eletrónico que simplifique os pedidos de submissão e gestão de certificados de autorização de lote, solicitados pelas empresas responsáveis pela comercialização de medicamentos derivados do plasma e vacinas. Todas as fases do processo passarão a ser tramitadas numa plataforma eletrónica designada por portal dos pedidos de certificados de autorização de lote (CAUL).
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>SIGA SNS</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Facilitar e agilizar o acesso aos cuidados de saúde através do desenvolvimento do sistema integrado de gestão do acesso no SNS (SIGA SNS), com base em quatro iniciativas:</p> <p>a) Desenvolvimento do "Livre Acesso aos Cuidados de Saúde" (LAC) - adaptação dos sistemas de informação das unidades de prestação de cuidados de saúde para facilitar a escolha da unidade hospitalar em processos de referência dos cuidados de saúde primários, disponibilizando um indicador de tempo médio de espera;</p> <p>b) Operacionalização do "Voucher de acesso e integração de cuidados de saúde" (VAI) - produção de um Formulário de Indicação de Cuidados e Acessos (FIC) pelos profissionais de saúde, no âmbito da Plataforma de Dados de Saúde (PDS), com a informação clínica que originou a necessidade de referência, e com a possibilidade de notificação eletrónica da entidade de destino;</p> <p>c) Implementação dos "Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica (MCDT) sem papel (MSP)" - desmaterialização do fluxo de pedido de MCDT e de acesso aos resultados;</p> <p>d) Desenvolvimento do "Voucher eletrónico de transporte de doentes não urgentes" - desmaterialização de processos de requisição eletrónica, gestão de pedidos e rotas, e gestão dos processos de conferência da faturação; desenvolvimento de aplicação móvel para controlo da localização do doente e do estado do processo.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Tenho uma criança</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar um pacote informativo, em formato físico e digital, para entrega às mães e pais nos balcões de registo de nascimento que prestam serviço nos hospitais, no momento do registo de nascimento ou do pedido de cartão de cidadão. Este pacote reunirá toda a informação relevante sobre direitos e deveres, por exemplo: primo-vacinação (Saúde), prestações (Segurança Social), direitos laborais, entre os quais as licenças parentais (Trabalho), alterações às declarações de rendimentos (Finanças), entre outros.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Centro Contacto do SNS</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar ao cidadão, através de um ponto de contacto único e multicanal, um conjunto de informações e serviços que simplifiquem o acesso e a utilização do Serviço Nacional de Saúde (SNS), nomeadamente: a) informação geral; b) saúde pública; c) aconselhamento farmacêutico; d) triagem, aconselhamento e encaminhamento; e) apoio à utilização de serviços digitais - telecuidados. A medida substitui os serviços de atendimento Saúde 24.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>SIGApp</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	MPMA
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma aplicação do Sistema de Gestão de Filas de Espera (SIGA), que permitirá a emissão de senhas de atendimento digitais, por meio do telemóvel, sem necessidade de deslocação prévia ao atendimento presencial e com a indicação do estado da fila de espera (tempo real de atendimento). O Sistema de Gestão de Filas de Espera permite gerir todo o fluxo de utentes que se deslocam aos locais de atendimento das seguintes instituições: Segurança Social, Lojas do Cidadão, Instituto do Emprego e Formação Profissional, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e parte do Instituto dos Registos e Notariado. Esta é uma solução que permite a existência de várias entidades no mesmo local de atendimento. Mais recentemente o SIGA está a interagir, em tempo real, com o "Mapa do Cidadão", uma plataforma digital que divulga informação sobre os serviços de atendimento público, com duas novas valências: o funcionamento 24h e a dispensadora de senhas em 4 idiomas (Inglês, Francês, Espanhol e Alemão). Esta plataforma está disponível para web, smartphones e tablets e permite ao cidadão saber: o serviço de atendimento mais próximo; os documentos necessários (de acordo com a situação a tratar); o número de senhas que antecedem à do cidadão; o tempo de demora do último atendimento.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública
<b>Denominação</b>	<b>A Justiça no meu caso</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Atualizar e desenvolver a aplicação "A Justiça no Mapa" inserida no portal CITIUS, que atualmente permite localizar serviços e obter direções e tempo de trajeto, associando um mecanismo interativo de pergunta/resposta, de modo a que seja possível prestar informação ao cidadão sobre o serviço, físico ou online, onde se deve dirigir para resolver a sua situação concreta
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>e-Catálogo Cinemateca</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar uma nova infraestrutura global de informação da Cinemateca, integrando todas as atuais bases de dados de catalogação e informação patrimonial de gerações anteriores (filmes, documentação e outro património não-filme, Filmografia Portuguesa, etc.), desbloqueando a sua evolução e criando uma plataforma de disponibilização alargada de informação.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; necessidade interna.
<b>Denominação</b>	<b>e-Catálogo editorial nacional</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar online os registos das publicações editadas correntemente em Portugal e recebidas na Biblioteca Nacional Portuguesa (BNP) por depósito legal. Este e-catálogo terá características e funcionalidades distintas das presentes num catálogo tradicional, vocacionado para quem quer estar a par das novidades editoriais. Nele serão, ainda, disponibilizados os conjuntos de dados dos sistemas de informação bibliográfica da BNP, bem como serviços de pesquisa e recuperação de registos para integração noutras aplicações.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>e-classificação de filmes</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma plataforma que possibilite a submissão eletrónica dos filmes para classificação à comissão de avaliação da IGAC, prevendo-se igualmente a desmaterialização dos processos de atribuição da classificação, reporte aos operadores, gestão dos pedidos e pagamento das vinhetas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>e-Consulado</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver e implementar o sistema integrado de funcionamento e gestão dos postos consulares, e SGC - Sistema de Gestão Consular. Este novo sistema permitirá um melhor e mais eficiente funcionamento da rede diplomática e consular assegurando novas funcionalidades, tais como: inscrição consular única, agendamento online, registo dos atos consulares, gestão consular, funcionalidades de backoffice, interface com sistema contabilístico e aplicação de emissão de vistos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Guião das Pedreiras</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar online um guia de apoio ao investidor no domínio das pedreiras. Esta medida visa dotar as empresas do setor com a informação prática relativa às obrigações legais e procedimentais na atividade de pesquisa e exploração de massas minerais.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Pedido online da apostila</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar uma única plataforma nacional para registo de pedidos de apostila (formalidade por cujo intermédio se certifica a autenticidade dos atos públicos emitidos no território de um Estado contratante e que devam ser apresentados no território de outro Estado contratante da mesma Convenção, desta forma lhes conferindo valor probatório formal), que permita a certificação da autenticidade de documentos públicos portugueses, para efeitos de apresentação num país estrangeiro, e também a receção de pedidos por via eletrónica.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Metrologia Legal online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Melhorar a interação entre o Instituto Português da Qualidade (IPQ) e os seus clientes na área da metrologia legal através da disponibilização de uma ferramenta informática. Com esta ferramenta será possível aceder, a qualquer momento e a partir de qualquer local, a uma área de trabalho reservada, onde já consta informação pré-preenchida, simplificando procedimentos e tornando os processos mais céleres.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Registo individual do condutor atualizado nas Regiões Autónomas</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	Regiões Autónomas
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Garantir a interoperabilidade entre as bases de dados do RIC (Registo Individual do Condutor) do Continente e das Regiões Autónomas, quer para o atual regime do RIC, quer do regime de carta por pontos. O acesso das Regiões Autónomas à base de dados de RIC, da Autoridade Nacional da Segurança Rodoviária (ANSR), é efetuada através de uma linha de transmissão de dados, a qual deverá ser assegurada por webservice, garantindo-se todos os requisitos de segurança da informação. Disponibilizar à Região Autónoma da Madeira a aplicação "Sistema de Informação e Gestão de Autos de Contraordenação" (propriedade da ANSR), bem como os requisitos técnicos e funcionais, para adaptação e utilização da mesma no âmbito da gestão dos autos de contra ordenação.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Nascer com médico de família e boletins de saúde eletrónicos</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desmaterializar a comunicação de dados administrativos e clínicos entre prestadores de cuidados de saúde e com o cidadão, no âmbito dos cuidados de saúde associados ao nascimento, pediatria e adolescência. Esta medida engloba 4 subiniciativas:- Nascer Utente - atribuição de médico de família na maternidade;- Notícia de Nascimento Digital - desmaterialização da Notícia de Nascimento, promovendo um reforço da articulação entre Hospitais e Cuidados de Saúde Primários e melhorando a qualidade da continuidade dos cuidados prestados à criança e à família;- eBoletim de Saúde Infantil e Juvenil - versão digital do Boletim de Saúde infantil e juvenil, para registo e consulta de pais, cuidadores e profissionais, incluindo os do setor privado, através do Portal do SNS, que permite o envio de notificações;- Boletim de Vacinas Eletrónico - versão digital do Boletim de Vacinas, acessível através do Portal SNS aos cidadãos e profissionais, incluindo os do setor privado, para registo e consulta, que também permite notificações, e promove um mais célere e eficaz acompanhamento do Plano Nacional de Vacinação pela Direção-Geral da Saúde.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Nascimento online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Permitir que os pais de recém-nascidos possam efetuar a declaração de nascimento em sítio web, confirmando e completando os dados do nascimento de uma criança a partir da informação pré-preenchida que consta da cédula de nascimento, sem necessidade de deslocação a um serviço de registo civil.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Sugestões.

<b>Denominação</b>	<b>Projetos de Investimento do Turismo de Portugal</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Melhorar a estrutura tecnológica que interage com os investidores que pretendem apoios financeiros, numa primeira fase. Em seguida, estabelecer conexões com outros serviços da Administração Pública, através de plataforma de interoperabilidade, que permita um acesso direto à informação já existente, deixando de ser solicitada às empresas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Agendamento telefónico na Justiça</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Alargar o serviço de agendamento telefónico aos procedimentos da Empresa na Hora, Associação na Hora e Sucursal na Hora.
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Novo Portal de Serviços Camões + acessível</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar um novo Portal de Serviços com os objetivos de modernizar, integrar funcionalidades e permitir a convergência de aplicações que possibilitem uma comunicação mais focada nos serviços disponibilizados pelo Camões, I.P. e uma navegação mais estruturada a partir de um fio condutor entre esses serviços. Alguns dos serviços a disponibilizar serão: candidaturas a agentes de cooperação; equiparação e renovação do estatuto de agente de cooperação; reconhecimento e renovação de estatuto como ONGD; candidatura à bolsa de avaliadores de projetos financiados pelo Camões, I.P.; candidaturas a bolsas na área da cooperação e da língua; candidaturas ao Programa de Apoio à Edição; e inscrição e pagamento de cursos presenciais e online.</p> <p>A medida inclui ainda a simplificação do acesso da rede externa de língua, cultura e cooperação, via plataforma eletrónica, e a melhoria da gestão administrativa, para os cooperantes apoiados pelo Camões, I.P.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Novos serviços nos Espaços do Cidadão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Alargar a oferta de entidades e serviços no catálogo dos Espaços do Cidadão. Entre os serviços a disponibilizar destaca-se o agendamento para atendimento nos serviços Casa Pronta, Empresa na Hora, Cartão de Cidadão e Passaporte, e Candidatura Online para o Ensino Superior.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Serviços públicos com reduzida cobertura territorial
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>O seu Banco com o Cartão de Cidadão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Entidades Privadas
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Possibilitar a abertura de conta bancária apenas com a apresentação do Cartão de Cidadão, comunicando-se automaticamente os dados necessário relativos à identificação, morada e situação laboral do cliente.</p> <p>Permitir, igualmente, que a alteração da morada perante a entidade bancária se realize através da comunicação da morada constante do Cartão de Cidadão, eliminando a apresentação de qualquer outro comprovativo.</p>
<b>Esta iniciativa será concretizada em parcerias com entidades privadas.</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados.
<b>Problema que visa resolver</b>	Número reduzido de funcionalidades associadas ao Cartão de Cidadão
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>Agenda de Cidadão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Possibilitar a consulta, num ponto único, dos principais eventos (direitos e obrigações, como sejam o pagamento de impostos) de cidadãos com a Administração Pública. Numa lógica multicanal, a agenda deverá ser disponibilizada online (Portal do Cidadão), presencialmente (Loja do Cidadão ou Espaço do Cidadão) e no canal telefónico (Linha de Cidadão, SMS, smart mobiles e e-mail).</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Agendamento online de reuniões com a AT</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Tornar possível o agendamento online de reuniões presenciais com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), evitando a necessidade de espera nos serviços de finanças e permitindo um atendimento mais especializado.
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Agendamento IPDJ Online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Permitir a marcação e o pagamento online dos equipamentos (nomeadamente de salas e auditórios) do Instituto Português do Desporto e da Juventude (IPDJ).
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Resolução rápida e eficaz de conflitos na saúde</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar o acesso à informação e procedimentos de resolução de conflitos, permitindo a submissão online do pedido de mediação, com vista à rápida resolução de conflitos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Património Cultural do Estado para eventos</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma digital de informação e gestão de espaços do património cultural do Estado que possam ser utilizados para a realização de eventos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Capitania Online +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Alargar os serviços do balcão único da Autoridade Marítima Nacional - "Capitania Online" - otimizando o seu funcionamento e diversificando as plataformas de acesso aos serviços disponibilizados.</p> <p>Integrar os respetivos serviços com outros sistemas, internos e externos à Autoridade Marítima Nacional, designadamente a Plataforma de Interoperabilidade da Administração Pública (iAP), Autoridade Tributária e Aduaneira, Segurança Social, Direcção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) e o Sistema Integrado de Informação da Autoridade Marítima (SIAM), visando aumentar, de forma gradual e consistente, o universo de utilizadores. Implementar este serviço em terminais dedicados, a localizar nas instalações das capitánias dos portos, nas lotas e noutros locais a definir, tais como as lojas do cidadão, através da utilização de Terminal Automático da Capitania Online (TACO).</p> <p>Constitui também um objetivo deste projeto desenvolver a Aplicação para fiscalização pela Polícia Marítima (APPM), tendo em vista proporcionar aos agentes fiscalizadores o acesso em dispositivos móveis à informação que necessitam.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Planeamento Territorial Online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Ambiente
<b>Em colaboração com:</b>	Ministro Adjunto
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Desenvolver uma plataforma colaborativa de gestão territorial, destinada a servir de apoio ao acompanhamento dos programas e dos planos territoriais (como, por exemplo, os Planos Directores Municipais e os Planos de Pormenor), no âmbito do Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT).</p> <p>Esta plataforma vai permitir a gestão do processo internamente em cada entidade (como, por exemplo, nos Municípios e respetivas comissões de acompanhamento à elaboração), promovendo a consulta pública dos cidadãos e das empresas.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Reduzida articulação entre administração central e local
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Plataforma da aquicultura</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar aos particulares, de uma forma desmaterializada, elementos sobre todos os estabelecimentos aquícolas em território nacional. Poder-se-á pesquisar a localização de cada um deles, quer em águas salgadas quer em águas salobras, listando-se também os estabelecimentos aquícolas inativos que podem ser ocupados. A informação sobre quais as zonas mais propícias ao desenvolvimento da atividade aquícola será igualmente disponibilizada.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Plataforma Renda Apoiada</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Ambiente
<b>Em colaboração com:</b>	MJ e MF
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma plataforma eletrónica destinada a organizar e manter atualizada a informação sobre as habitações arrendadas no regime de arrendamento apoiado e respetivos arrendatários. Esta plataforma permitirá aceder à informação disponível junto da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e do Instituto dos Registos e Notariado (IRN) sobre a composição e rendimentos do agregado familiar, bem como da titularidade de bens móveis ou imóveis. O acesso será feito a partir do Portal da Habitação.</p> <p>Destaca-se, ainda, o facto de esta plataforma permitir a validação automática das condições de acesso à habitação social, incrementando o rigor das informações prestadas e contribuindo para combater as situações de fraude, defendendo assim o interesse público e a melhoria da aplicação da lei.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Porta Única do ICNF</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Ambiente
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar um portal único informativo para a realização de serviços públicos relativos ao Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF), nomeadamente nas áreas da caça, pesca, património natural, Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagem Ameaçadas de Extinção (CITES - Convenção de Washington), áreas protegidas, e outros. Visa alargar-se o atendimento ao cidadão e empresas online e em pontos de atendimento descentralizados, garantindo a interoperabilidade com o Balcão do Empreendedor e o Portal de Cidadão.
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Portal das Exportações</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação web agregando a oferta de produtos e serviços dos parceiros que intervenham na cadeia de valor do processo de internacionalização ou exportação de cada empresa.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão na informação e apoios aos empresários
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Portal das Finanças +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Reformular o portal das finanças, no sentido de tornar mais acessível a informação fiscal, em especial facilitando a pesquisa dos esclarecimentos em matéria fiscal quer para cidadãos quer para empresas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Portal das Instituições de Memória da Defesa</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Defesa Nacional
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Ampliar a utilização da atual Plataforma de Gestão Integrada das Bibliotecas da Defesa, potenciando a sua utilização num âmbito ainda mais alargado e dotando-a de novas componentes que respondam às necessidades das instituições em rede. Será reutilizada a infra-estrutura central existente e o software já licenciado. Assim, o Portal das Instituições de Memória será um portal único que disponibilizará online o acesso aos catálogos informatizados das instituições de memória da Defesa Nacional (Vértice - Bibliotecas, Arquivo e Museus).
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Portal de Cidadão +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Renovar o Portal de Cidadão no sentido de organizar as informações e serviços eletrónicos em torno de eventos de vida de cidadão e empresas, criando, sempre que possível, balcões eletrónicos integrados. Neste novo Portal de Cidadão, todos os serviços relevantes para a relação do cidadão com a Administração Pública estarão integrados (tais como reclamações, elogios e sugestões, bolsa de documentos, autenticação eletrónica, etc.). Esta solução vai permitir que os cidadãos e empresas prescindam de mais utilizadores e palavras-chave para submissão de pedidos, além de que os próprios serviços públicos vão reduzir custos por eliminação de sites e páginas eletrónicas. Até ao primeiro trimestre de 2017 pretende-se ter concluído as iniciativas Alteração de Morada uma Só Vez e integração da Bolsa de Documentos. Numa segunda fase, pretende-se integrar outros serviços como o Balcão do Empreendedor +.
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade de portais do Estado e ausência de autenticação única
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>PRA Inclusão Social</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar uma plataforma agregadora da informação dos diferentes programas de apoio financeiro às organizações de inclusão social, que incluirá a submissão, a decisão, o reporte e a avaliação online da candidatura.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Portal do Governo +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Reformular o Portal do Governo com o objetivo de o tornar mais intuitivo, através de uma melhor comunicação e informação ao cidadão.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Portal do Turismo +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver um novo portal institucional do Turismo de Portugal, com informação ajustada às necessidades dos operadores turísticos (guias práticos, toolkits, etc.), que funcionará como um centro de recursos para os empresários turísticos. Dentro do novo portal serão disponibilizados novos serviços, tais como: plataforma de congressos e eventos, calendário de eventos e informação georreferenciada da atividade turística.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Agenda Digital Empresário Turístico</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar online o calendário das obrigações do empresário turístico perante a Administração Pública, de forma a facilitar o cumprimento.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão na informação e apoios aos empresários
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>Parcelário acessível a todos</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar a informação geográfica existente no sistema de Informação do Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas - IFAP I.P., designadamente os limites das parcelas agrícolas identificadas pelos agricultores que são beneficiários de ajudas comunitárias, bem como a sua caracterização em termos de ocupação do solo.</p> <p>A Medida proposta assenta em três vertentes distintas:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Disponibilização de uma versão pública do parcelário, permitindo a consulta online e em tempo real à informação disponível naquele sistema (sem que sejam disponibilizados dados de carácter pessoal);</li> <li>2. Criação e disponibilização na área reservada do portal do IFAP de um módulo destinado ao agricultor (beneficiário) que lhe permita aceder em tempo real à informação relativa à sua exploração;</li> <li>3. Disponibilização da informação vetorial, designadamente o limite das parcelas e das ocupações do solo identificadas no parcelário (sem que sejam disponibilizados dados de carácter pessoal). Esta informação será disponibilizada com uma atualização anual.</li> </ol>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inaccessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>Informação uma só vez no Ensino Superior</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar as condições tecnológicas que permitam agregar, numa única plataforma, as informações necessárias aos inquéritos referentes a pessoal docente e não docente de todas as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, para efeitos de recursos humanos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Proliferação e redundâncias nas declarações estatísticas
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça desmaterializados</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar os acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Administrativo unicamente em suporte digital, implementando procedimentos automatizados de tratamento dos diferentes formatos dos documentos, permitindo o acesso via web e abandonando o formato em papel.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Arquivo Camões</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Melhorar o acesso e a consulta eletrónica ao acervo de conteúdos existentes nos arquivos sobre a responsabilidade do Camões, I.P. por parte dos cidadãos em geral, nomeadamente para fins de investigação académica e consulta de processos à sua guarda.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Formulário único de candidatura na Juventude</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Implementar um modelo de formulário único para candidaturas a diversos programas na área da Juventude, tais como o "OTL - Ocupação de Tempos Livres" (destinado a jovens interessados em participar em projetos para a comunidade nos tempos livres), o "Agora Nós" (dirigido a jovens voluntários que pretendem intervir de forma ativa na comunidade) e o "CUIDA-TE" (direcionado para a saúde juvenil e promoção de estilos de vida saudáveis). Posteriormente, alargar esta iniciativa à área do Desporto.
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade e complexidade de formulários
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Gabinete do Investidor</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Potenciar a atividade dos Centro de Apoio Empresarial do IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação em articulação com outras estruturas centrais, regionais ou locais com vocação empresarial - por exemplo Lojas do Cidadão, balcões de atendimento das Regiões de Turismo.</p> <p>Este gabinete funcionará numa lógica de atendimento personalizado e de proximidade ao empresário, seja no plano de disponibilização de soluções integradas de investimento seja no plano do apoio aos processos de licenciamento.</p> <p>Implementar-se-ão pilotos na Guarda e em Leiria até ao final de 2016.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão na informação e apoios aos empresários
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais
<b>Denominação</b>	<b>Administração do litoral + integrada</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Ambiente
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Operacionalizar a plataforma colaborativa SIARL - Sistema Integrado de Administração do Recurso Litoral - que permite a disponibilização de informação integrada sobre as dinâmicas costeiras, na ótica do risco e dos usos do solo.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Gestão dos sistemas de incentivo IAPMEI +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Implementar um projeto de Business Intelligence para a gestão dos sistemas de incentivo no IAPMEI - Agência para a Competitividade e Inovação, tendo em vista: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Assistir as empresas na gestão dos seus projetos e no cumprimento das obrigações subjacentes, através de instrumentos eletrónicos inteligentes;</li> <li>- Assistir as equipas técnicas do IAPMEI na gestão da carteira de projetos e no cumprimento de indicadores de nível de serviço às empresas, nomeadamente ao nível dos prazos de resposta.</li> </ul>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão na informação e apoios aos empresários
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Guia da Indústria Responsável</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Disponibilizar online, em linguagem clara, um guia técnico para a exploração de estabelecimentos de tipo 3.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão na informação e apoios aos empresários
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Portugal Concilia</b>
<b>Ministério</b>	Ministro Adjunto
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar online o mapeamento de serviços de apoio à conciliação entre a vida profissional, familiar e pessoal junto da população em geral. Esta medida visa apoiar a população de cada concelho, especialmente as pessoas que têm de cuidar de dependentes, na procura de respostas às suas necessidades de articulação de esferas, disponibilizando informação de forma acessível, comparativa e rápida, sobre: equipamentos sociais; infraestruturas de apoio a crianças e outros dependentes; serviços de proximidade; serviços de mobilidade e transporte; serviços de assistência no domicílio a pessoas doentes, com deficiência e ou pessoas idosas, entre outros, que permitam as mulheres e os homens conciliar melhor as suas vidas, obtendo a informação sem se deslocar. O Portugal Concilia será desenvolvido em projeto-piloto, em parceria com algumas autarquias que integram a dimensão da igualdade de género ao nível local.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Articula com Plano nacional para Igualdade, medida Viver em Igualdade.
<b>Denominação</b>	<b>APPoio Contra a Violência Doméstica</b>
<b>Ministério</b>	Ministro Adjunto
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Facilitar o acesso à informação relativa a respostas e estruturas existentes em todo o território nacional no domínio da violência de género e doméstica, através da disponibilização de uma aplicação (app) para telemóvel. Esta app permitirá amplificar a divulgação de informação já existente, mapeada no website da Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), tornando-a acessível a toda a população que necessite de apoio direto ou que pretenda efetuar uma denúncia ou procurar ajuda para terceira pessoa. Facilitará e agilizará também o trabalho de profissionais que acompanham e encaminham casos de violência doméstica, concentrando, numa única ferramenta, os contactos das entidades que integram a rede nacional de apoio a vítimas de violência doméstica.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>iFAMA – Plataforma Única de Inspeção e Fiscalização da Agricultura, Mar e Ambiente</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Ambiente
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Desenvolver uma plataforma de suporte à atividade inspetiva – portal internet/intranet, sistema de gestão interna e sistema de informação geográfica.</p> <p>Esta plataforma integra um balcão único de submissão de denúncias, registo de acidentes/incidentes, pedidos de informação/esclarecimento, pedidos de acesso a documentos e comentários/sugestões em matérias ambientais, e plataformas colaborativas de troca de documentação entre organismos oficiais, nomeadamente ao nível do Cadastro Nacional das Contraordenações Ambientais (CADAMB), com entidades inspecionadas e com organismos internacionais (rede IMPEL).</p> <p>Destaca-se ainda a georreferenciação de ações de controlo, de auditoria, de inspeção, de contraordenações e de atividades económicas abrangidas pelos regimes jurídicos ambientais e a promoção da interoperabilidade com outros sistemas da Administração Pública, garantido a partilha de informação técnica e a atuação integrada.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>APP Registo Português de Transplantação</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma aplicação (app) móvel que permita ao Instituto Português do Sangue e da Transplantação (IPST), bem como a todas as instituições hospitalares constituintes da rede nacional de transplantação, o acesso a todo o processo de doação, colheita e transplantação de órgãos e tecidos via aplicação.</p> <p>Esta app tem ainda outra vertente, orientada para o paciente, pré- e pós-transplante, que possibilita uma ligação direta ao seu médico clínico e às equipas de transplante.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Quiosque Digital</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar Quiosques digitais para marcação e pagamento de instalações no Centro Desportivo Nacional do Jamor, como alternativa ao atendimento presencial em secretaria. E, numa segunda fase, colocação de equipamentos idênticos em outras instalações do IPDJ - Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. que os justifiquem.
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais
<b>Denominação</b>	<b>Informação clínica integrada nos comportamentos Aditivos e Dependências</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Desenvolver mecanismos simplificados de comunicação e partilha de informação, no domínio dos sistemas de informação, que permitam a gestão da informação clínica integrada e monitorização dos Contratos de Convenção com as unidades privadas de tratamento, no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências. Uniformização do processo de licenciamento de unidades privadas de tratamento no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Instituto da Mobilidade e dos Transportes Online +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Permitir que sejam solicitados online os seguintes serviços:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>· Revalidação da carta de condução;</li> <li>· Emissão de 2.ª Via da carta de condução (casos em que a carta se tenha extraviado, tenha sido roubada ou esteja destruída);</li> <li>· Substituição da carta de condução em caso de mau estado de conservação ou por alteração dos elementos;</li> <li>· Emissão de dísticos de estacionamento para deficientes: desmaterialização do pedido, com possibilidade de carregamento pelo utilizador da documentação requerida;</li> <li>· Revalidação/emissão guia de carta de condução;</li> <li>· Certificação da Carta de Condução de Não Residente;</li> <li>· Renovação do cartão de condutor (tacógrafo);</li> <li>· Renovação dos Cartões Tacográficos de Empresa.</li> </ul>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>App eLearning Camões</b>
<b>Ministério</b>	Ministério dos Negócios Estrangeiros
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Alargar o acesso a conteúdos à distância na área da língua, da cultura e da cooperação.</p> <p>Aprofundar os mecanismos de interação entre o Camões, I.P. e os seus destinatários, nomeadamente no âmbito dos cursos de língua portuguesa para públicos no estrangeiro.</p> <p>Prevê-se ainda a disponibilização de conteúdos em plataforma mobile específicos para os cursos online, para a rede da Entidade Pública Empresarial, para a ação cultural externa e para os projetos de cooperação.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Registo de animais de uma só vez</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Integrar e interligar bases de dados de identificação e registo de animais, eliminando duplicações de registos, reduzindo erros na identificação e movimentação animal, melhorando as operações de controlo sanitário, de rastreabilidade e de controlo da origem, e reduzindo custos no sector pecuário.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

<b>Denominação</b>	<b>App Energia</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desenvolver e implementar uma aplicação (app) que centralize toda a informação relevante sobre mercado de energia em Portugal.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	App FIRERISK
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>A App FIRERISK reúne dados abertos de diferentes autoridades públicas, numa única plataforma, sobre incêndios florestais. A sua proposta de valor está ligada à área do risco, ambiente, sustentabilidade e participação do cidadão.</p> <p>Trata-se de uma aplicação inovadora e exclusiva em Portugal, que tem como objetivo contribuir para a mudança de paradigma da participação do cidadão na mitigação dos incêndios florestais.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Concurso Startup Simplex

<b>Denominação</b>	App MySNS
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar num portal único do Ministério da Saúde canais de comunicação e de informação interactivos, com destaque para as áreas da promoção da saúde, transparência e informação acessível ao cidadão. Desenvolver novos serviços digitais e recursos dedicados à educação para a saúde, literacia e auto-cuidados, a disponibilizar na área do Cidadão do portal (por exemplo, o pagamento de taxas moderadoras através de referência multibanco) e na vertente de aplicações móveis.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>APP MAI</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desenvolver um conjunto de aplicações mobile para alguns serviços do Ministério da Administração Interna, nomeadamente: os programas "Estou Aqui" e "Estou Aqui Adultos" (PSP), prevendo-se a criação de um webview com website responsivo, que permite a localização dos utilizadores (crianças ou adultos); georreferenciação de fogos em Portugal, com visualizador e possibilidade de notificação de ocorrências, com base numa morada ou área definida pelo utilizador; programas "Verão Seguro" (vigilância de habitações durante as férias) e "SMS reboques" (localização de veículos rebocados); aplicação "Forças e Serviços de Segurança do MAI", com mapa e lista para consulta por parte do cidadão e obtenção de direções para o serviço mais próximo; aplicação para Recenseamento eleitoral.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>APP Poupe na Receita +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Acrescentar funcionalidades na aplicação "Poupe na Receita", nomeadamente o custo dos medicamentos, a localização das farmácias e o esclarecimento de dúvidas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	<b>Instituto do Cinema e do Audiovisual digital</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Desenvolver uma plataforma com vários módulos interligados entre si, designadamente para: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) registo de entidades e de obras;</li> <li>b) gestão, seleção e avaliação de candidaturas;</li> <li>c) gestão dos apoios financeiros;</li> <li>d) gestão de processos pré-contenciosos;</li> <li>e) gestão das bilheteiras;</li> <li>f) gestão da icateca, videoteca e filmoteca;</li> <li>g) gestão da documentação;</li> <li>h) gestão das obrigações de investimento;</li> <li>i) gestão e controlo da receita e comunicação da aplicação com o sistema financeiro e contabilístico;</li> <li>j) notificações através da plataforma, que permitirão ao candidato acompanhar o progresso dos procedimentos na sua área pessoal;</li> <li>l) disponibilização da possibilidade de assinatura eletrónica;</li> <li>m) criação de automatismo na geração e preenchimento de minutas de formulários e correspondência a serem utilizadas pelos serviços;</li> <li>n) gestão dos incentivos fiscais.</li> </ul>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Administração Pública
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX
<b>Denominação</b>	<b>Janela Única Logística</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Implementar a Janela Única Logística que, como evolução e extensão natural da Janela Única Portuária, alargará a gestão dos fluxos de informação de toda a cadeia logística, simplificando e desmaterializando procedimentos, a todos os meios de transportes terrestres e na ligação aos portos secos nacionais e espanhóis até Madrid. Pretende-se assegurar a fluidez da informação referente ao transporte de mercadorias de e para os portos de mar nacionais, tendo por referência o modelo implementado no Porto de Sines.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Instituto da Mobilidade e dos Transportes + Próximo</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Introduzir uma base de dados centralizada que permita: a) a eliminação da competência territorial das Delegações de Serviços para que o utente não tenha que se dirigir ao serviço da área de residência; b) a instalação de um balcão de autoatendimento (self service); c) a implementação de um sistema integrado de gestão de filas de espera; d) o agendamento do atendimento através de marcação por telefone ou email.
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>Registo de Saúde Eletrónico +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar o acesso aos dados clínicos dos utentes pelos prestadores de cuidados de saúde dos setores público, privado e social, contribuindo para a criação de uma visão completa dos dados de saúde do cidadão. Será desenvolvido o "repositório de informação clínica anonimizado" (RICA) e o "repositório de informação relativa ao cartão de pessoa com doença rara" (RARO), com os respetivos mecanismos de governança e segurança.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

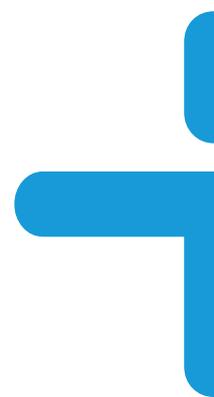
# MAIS SERVIÇOS E + INFORMAÇÃO NUM ÚNICO LOCAL

<b>Denominação</b>	"Balcão único" nos tribunais
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Implementar um projeto-piloto de sistema de atendimento em Balcão Único nos Tribunais Administrativos e Fiscais, a ser desenvolvido nos tribunais identificados pelo Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais.
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.





# OBRIGAÇÕES + SIMPLES



# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Banda de Cidadão</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Planeamento e das Infraestruturas
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Eliminar a obrigatoriedade de registo dos utilizadores das rádios do cidadão, sem afetar a operacionalidade das estações das bandas do cidadão.
<b>Problema que visa resolver</b>	Licenciamentos morosos, complexos e dispersos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>Bolsas de estudo + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Agilizar a partilha de informação relevante, entre serviços públicos, para a elegibilidade do requerente, nomeadamente a relativa aos seus rendimentos e do seu agregado familiar. Para tal, será implementado um fluxo de interoperabilidade informática com a Autoridade Tributária e Aduaneira (detentora de grande parte da informação necessária ao processo de decisão) e outras entidades públicas como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>App pagamento de impostos</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar uma aplicação (app) móvel com avisos de pagamentos de impostos. Numa segunda fase pretende-se a integração com o sistema de pagamentos da SIBS para que o próprio pagamento possa ser efetuado através da app no telemóvel ou tablet.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>Apoio às Artes, Cinema e Audiovisual</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Cultura
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Modernizar os procedimentos de concurso para atribuição de apoios financeiros designadamente através da eliminação de obrigações desnecessárias, da simplificação das candidaturas e das operações de reporte de investimentos realizados.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>p0w   Paga ao Estado</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério das Finanças, Ministério da Administração Interna, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	O p0w é uma carteira digital que substitui o dinheiro-vivo. O Paga ao Estado é uma funcionalidade do p0w que permite a qualquer pessoa receber as notificações de pagamento, multas e faturas pelo telemóvel, e pagar logo, calendarizar o pagamento ou criar alerta. Diminui em 75% os custos do Estado com este processo. Grátis, fácil e imediato para o utilizador.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Concurso Startup Simplex

<b>Denominação</b>	<b>IVA + simples para Bombeiros</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Simplificar o procedimento de restituição de IVA às Associações de Bombeiros.
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Terceiro Setor
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Informação única no INE
Ministério	Ministério da Presidência e da Modernização Administrativa
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Reduzir o número de inquéritos, aos quais cidadãos e as empresas têm de dar resposta, aproveitando a informação que já foi fornecida à Administração Pública, nomeadamente através do Inquérito Mensal ao Volume de Negócios e Emprego, o Índice de Custo do Trabalho, o Inquérito ao Transporte Rodoviário de Mercadorias, Intrastat e Inquérito às rendas de habitação.
Problema que visa resolver	Proliferação e redundâncias nas declarações estatísticas
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Limitar penhoras
Ministério	Ministério das Finanças
Em colaboração com:	
Prazo	4.º Trimestre 2017
Descrição	Limitar as penhoras dos saldos bancários ao valor efetivamente em dívida, criando um mecanismo eletrónico que evite a penhora da integralidade do saldo.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Universais
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Livro de atas eletrónico</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar uma plataforma online para Livro de Atas eletrónico, que interaja, quando necessário, com o Registo Comercial automaticamente, permitindo a assinatura na qualidade dos membros de órgãos estatutários.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Medicamento direto</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Saúde
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Desmaterializar a plataforma eletrónica de aquisição direta de medicamentos (ADMED) pelas clínicas médicas e clínicas médicas dentárias, de forma a simplificar o processo de autorização de aquisição de medicamentos aos fabricantes, importadores e distribuidores.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Multibanco nos autos de contraordenação na Defesa da Floresta Contra Incêndios</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Permitir o pagamento dos autos de contraordenação do Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, através de uma referência multibanco.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Municípios em linha com a AT</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Possibilitar a comunicação eletrónica dos Municípios à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) de plantas, alvarás e licenças municipais.
<b>Problema que visa resolver</b>	Reduzida articulação entre administração central e local
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Notificações fiscais eletrónicas para não residentes</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Criar um sistema de citações e notificações eletrónicas para os contribuintes não-residentes, através do Portal das Finanças, dispensando a obrigatoriedade de nomeação de representante fiscal.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de notificações eletrónicas para obrigações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública; Emails de contribuintes.

<b>Denominação</b>	<b>Certidões de dívida + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar a emissão de certidões de situação tributária para as empresas que possuem dívidas mas que se encontram devidamente garantidas.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Pagamentos impostos direto</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Admitir a possibilidade de os contribuintes pagarem os seus impostos por débito direto.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Isenção IMI + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Dispensar o pedido de isenção do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) sempre que a Autoridade Tributária e Aduaneira já disponha da informação necessária, como seja no caso da aquisição da habitação própria e permanente.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Processos inspetivos fiscais online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Introduzir a desmaterialização do procedimento inspetivo, proporcionando assim aos contribuintes inspecionados, a disponibilização, na sua área do Portal das Finanças, de todas as fases do procedimento inspetivo a que venham a estar sujeitos, garantindo também o acesso ao histórico do procedimento.</p> <p>Com esta medida, pretende-se não só simplificar a interação entre os contribuintes e as equipas de inspeção, mas também garantir uma melhoria efetiva na disponibilização da informação, já que, por exemplo, os projetos de relatório de inspeção ficarão disponíveis, de imediato de forma desmaterializada, evitando-se a complexidade e a morosidade dos processos de impressão e expedição em correio normal. Garante-se também ao contribuinte que o seu direito de participação possa ser exercido pela mesma via.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.
<b>Denominação</b>	<b>Projeto ANSR / ARAC</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	Entidades Privadas
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Automatizar os pedidos e as respostas de identificação dos condutores, entre as entidades fiscalizadoras e as empresas associadas da Associação dos Industriais de Aluguer de Automóveis sem Condutor (ARAC).</p> <p>Implementar um canal de comunicação eletrónico entre o sistema de contraordenações e a base de dados da ARAC, da qual consta a identificação dos veículos afetos à atividade de "rent-a-car" para posterior emissão da notificação do pedido de identificação de condutor.</p> <p>O acesso à informação por parte das forças de segurança e polícia administrativa será efetuado em tempo real, através de comunicação eletrónica de dados entre o sistema de contraordenações e esta base de dados.</p> <p>As empresas de rent-a-car notificadas para identificação dos condutores poderão proceder à respetiva identificação, através do referido canal de comunicação eletrónico, agilizando-se assim todo o processo.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Registo patrimonial de embarcações</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Agilizar os procedimentos em matéria de registos, tornando a resposta da Administração Pública mais célere, eficaz e eficiente. As propostas de alterações legislativas, regulamentares, contratuais e tecnológicas de simplificação administrativa serão introduzidas numa lógica de aumento da competitividade deste mercado.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX

<b>Denominação</b>	<b>Regulamento de Inscrição Marítima</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Melhorar as condições de acesso à profissão pelos profissionais do mar, aprofundando a modularidade da formação e a transversalidade das categorias. Irá também atuar-se na melhoria da qualidade dos processos, na mobilidade e na flexibilidade do exercício da profissão.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Relatório Único + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2018
<b>Descrição</b>	Facilitar e simplificar o processo de preenchimento do Relatório Único, referente aos trabalhadores, pelas empresas, através do pré-preenchimento de alguns dos seus campos com informação já disponível na Administração Pública. A medida inclui ainda a eliminação do Anexo F do relatório único e a melhoria do conteúdo publicado no Boletim do Trabalho e Emprego e outros procedimentos, visando a harmonização da informação disponível neste Boletim com aquela que, posteriormente, é solicitada.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Sistema Fiscal Automóvel + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Simplificar o sistema fiscal associado ao automóvel, através das seguintes iniciativas: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Permitir a disponibilização do cálculo automático de alguns campos da Declaração Aduaneira de Veículo (DAV);</li> <li>- Suprimir o formulário Modelo 211068;</li> <li>- Simplificar o pagamento do Imposto sobre veículos (ISV);</li> <li>- Melhorar a integração da Declaração Aduaneira de Veículo e do Documento Único Automóvel.</li> </ul>
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Tax Free + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar um sistema simplificado de certificação da saída de bens transportados pelos viajantes, para efeitos de reembolso de IVA.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Utilidade turística + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Economia
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Reduzir a documentação solicitada para a instrução dos pedidos de utilidade turística, utilizando as informações prestadas a outras entidades ou serviços da administração pública.
<b>Problema que visa resolver</b>	Redundâncias para o cumprimento de obrigações pelas empresas
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Pagamentos alfandegários + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Implementar o sistema de pagamentos DUC (Documento Único de Cobrança) na área alfandegária.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de meios de pagamento de obrigações fiscais das empresas mais simples
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Fatura Única Portuária</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Mar
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar a fatura única por escala de navio, passando a ser uma única entidade a emitir a fatura de todas as entidades do Estado nos portos comerciais, alargando assim o projeto-piloto, que ocorre no Porto de Sines, a outros portos nacionais. Agregar a faturação de todas as entidades públicas prestadoras de serviços aos navios, no ato de despacho de largada, para cada escala de navio.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Cobrança de dívida na segurança social</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	MF (Banco de Portugal)
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Disponibilizar online as seguintes funcionalidades para cobrança de dívidas à segurança social: a) Consulta da situação contributiva e gestão de dívida pelos cidadãos e as empresas; b) Informação, consulta e gestão de planos de pagamento de dívidas à segurança social; c) Troca de informações com o Banco de Portugal, evitando a penhora de todas as contas bancárias (quando não seja necessário) e simplificando o levantamento de penhoras.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Conta-corrente (fase 1)</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Possibilitar a compensação de créditos entre os contribuintes e o Estado, nos casos em que este último é devedor dos contribuintes. Numa primeira fase, apenas para os casos tendo por base as ações judiciais transitadas em julgado em que o Estado tenha sido judicialmente condenado ao pagamento de quantias certas, líquidas e exigíveis.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de mecanismos de compensação de créditos e débitos entre Estado e empresas
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Controlo das existências de bebidas alcoólicas + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Fundir numa só as obrigações declarativas à Autoridade Tributária, ao Instituto do Vinho e da Vinha, ao Instituto do Vinho do Douro e Porto, e às Comissões Regionais de Vinhos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Declaração de Remunerações para a Segurança Social interativa</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	<p>Disponibilizar na Segurança Social Direta um conjunto de opções, no âmbito da Declaração de Remunerações, que permitam às empresas uma melhor interação com a Segurança Social e o acompanhamento permanente. Principais funcionalidades a implementar:</p> <p>a) Consulta das qualificações de trabalhadores (acesso permanente à informação dos trabalhadores da empresa);</p> <p>b) Validação online da Declaração de Remunerações (permite total autonomia à entidade empregadora no que toca à entrega de declarações pré-preenchidas, consulta e substituição on-line, contribuindo de forma decisiva para baixar os erros);</p> <p>c) Área de mensagens (canal direto e simples de comunicação entre a Segurança Social os cidadãos e as empresas);</p> <p>d) Agenda (datas relevantes para contribuintes e beneficiários);</p> <p>e) Relações de representação (permite de uma forma inequívoca e segura que sejam identificados os representantes das empresas com autorização para se relacionarem com a Segurança Social em seu nome, por exemplo os técnicos oficiais de contas).</p> <p>Adicionalmente será criada uma plataforma que permite a troca segura de informação entre os sistemas de informação da Segurança Social e os sistemas de informação empresariais, sem intermediação humana, de forma automática.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Declaração Mensal de Remunerações para as finanças automática</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Operacionalizar e ampliar o pré-preenchimento da Declaração Mensal de Remunerações (DMR) com os dados do mês anterior, reduzindo o tempo que as empresas passam a preencher a DMR.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Declarações aduaneiras + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Interligar os vários sistemas informáticos aduaneiros (STADA e SDS), permitindo avançar no processo de desmaterialização dos processos aduaneiros associados ao fluxo de entrada de mercadorias, através do desenvolvimento e implementação de automatismos que permitem substituir procedimentos manuais por processos informáticos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Falta de integração de Bases de dados da Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>eGAR - Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos</b>
<b>Ministério</b>	Ministério do Ambiente
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma Guia Eletrónica de Acompanhamento de Resíduos que substituirá os atuais impressos em papel n.º 1428 e 1429 da Imprensa Nacional da Casa da Moeda (INCM) e as Guias de Acompanhamento de Resíduos de Construção e Demolição, permitindo a integração, de forma automática, dos dados anuais no Mapa Integrado de Registo de Resíduos (MIRR) e Registo de Emissões e Transferências de Poluentes (PRTR).</p> <p>Em complemento, a presente medida pretende compatibilizar as informações constantes dos «Documentos de Transporte ADR (Mercadorias Perigosas)».</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Eliminação parcial da Declaração de Retenções na Fonte</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Eliminar a Declaração de Retenções na Fonte quanto ao trabalho dependente, na medida em que tal informação já consta da Declaração Mensal de Remunerações.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Janela Única Aduaneira</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Implementar uma plataforma entre os operadores económicos e as entidades fiscalizadoras que aumente a eficiência dos procedimentos de desalfandegamento.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Estatuto exportador online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Criar um formulário eletrónico com o pedido destinado a ser preenchido pelas empresas que pretendam solicitar o estatuto de exportador autorizado para efeitos de emissão de provas de origem, substituindo o atual formulário em papel.
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>IRS Automático</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Acabar gradualmente com a necessidade de entrega da declaração de IRS para os contribuintes que apenas auferiram rendimentos de trabalho dependente (categoria A) e para os aposentados e reformados (categoria H), sendo o imposto a pagar ou a receber calculado com base na informação já disponível pela AT, sem prejuízo da possibilidade de reclamação por parte dos sujeitos passivos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Faturação dos pequenos retalhistas + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Simplificar o conteúdo das faturas emitidas pelos sujeitos passivos enquadrados no regime dos pequenos retalhistas (pessoas singulares não sujeitas ao regime de contabilidade organizada para efeitos do IRS e que não tenham tido no ano civil anterior um volume de compras superior a € 50.000), indicando-se apenas o preço do bem ou serviço e dispensando-se os outros requisitos legalmente exigidos, como sejam a indicação do preço líquido de imposto e os outros elementos incluídos no valor tributável, e a indicação das taxas aplicáveis e o montante de imposto devido.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>Ficha Médica-Desportiva Online</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Educação
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Permitir a utilização de modelo de formulário eletrónico relativo à ficha médica, acessível no portal do desporto.
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade e complexidade de formulários
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.
<b>Denominação</b>	<b>Fichas Técnicas de Fiscalização</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Economia, Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ministério das Finanças
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Elaborar e divulgar online fichas técnicas de fiscalização normalizadas para as atividades na área da restauração e bebidas e do alojamento local, bem como proceder à harmonização/integração entre organismos fiscalizadores. Já foi desenvolvido um trabalho entre as forças de segurança e a AHRESP - Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal, sendo agora necessário alargar a inclusão dos requisitos legais a outras entidades fiscalizadoras.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>IES +</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	Simplificar o preenchimento dos Anexos A e I da Informação Empresarial Simplificada, eliminando cerca de metade do número de quadros e campos a preencher e pré-preenchendo uma parte significativa dos restantes campos, com informação extraída do SAF-T (Standard Audit File for Tax Purposes). Numa segunda fase, serão simplificados os restantes anexos.
<b>Problema que visa resolver</b>	Multiplicidade e complexidade de formulários
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Imposto Único de Circulação de uma só vez</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Dispensar os contribuintes de apresentarem anualmente prova documental dos pressupostos das isenções de IUC (Imposto Único de Circulação) sempre que as informações necessárias já constem das bases de dados do IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, IP, como no caso dos táxis.
<b>Problema que visa resolver</b>	Duplicação de informação solicitada pela Administração Pública
<b>Destinatários</b>	Universais
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

Denominação	Informação ao consumidor + simples
Ministério	Ministério da Economia
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Simplificar e harmonizar as obrigações de informação ao consumidor que têm de estar afixadas nos estabelecimentos comerciais de venda de bens e/ou prestação de serviços.
Problema que visa resolver	Complexidade de procedimentos
Destinatários	Empresas
Fonte	Volta Nacional SIMPLEX; Pontos focais.

Denominação	INPI em rede
Ministério	Ministério da Justiça
Em colaboração com:	
Prazo	1.º Trimestre 2017
Descrição	Permitir o envio, por via eletrónica, da documentação solicitada pelos Tribunais relativa a processos de Propriedade Intelectual.
Problema que visa resolver	Morosidade nos tempos de resposta e atendimento nos processos administrativos
Destinatários	Administração Pública
Fonte	Pontos focais

# OBRIGAÇÕES + SIMPLES

<b>Denominação</b>	<b>Inventário permanente + simples</b>
<b>Ministério</b>	Ministério das Finanças
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	2.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Substituir a obrigação de inventário permanente pela disponibilização permanente de toda a documentação contabilística de suporte às existências (como sejam as faturas, notas de crédito e de débito relativas às compras, vendas, consignações e outras), interpretando a legislação em vigor.
<b>Problema que visa resolver</b>	Redundâncias para o cumprimento de obrigações pelas empresas
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.

<b>Denominação</b>	<b>Empresa na Hora com pedido de Livro de Reclamações</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Justiça
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	3.º Trimestre 2016
<b>Descrição</b>	Possibilitar o pedido de aquisição do Livro de Reclamações no Balcão Empresa na Hora.
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade e inaccessibilidade nos mecanismos de reclamações
<b>Destinatários</b>	Empresas
<b>Fonte</b>	Volta Nacional SIMPLEX; Processo participativo interno à Administração Pública.





SERVIÇOS PARA  
ESTRANGEIROS  
+ FÁCEIS



# SERVIÇOS PARA ESTRANGEIROS + FÁCEIS

<b>Denominação</b>	<b>MyCNAI - Balcão Digital de Apoio a Imigrantes</b>
<b>Ministério</b>	Ministro Adjunto
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar um balcão digital de apoio à pessoa imigrante, que consiste na desmaterialização de documentação utilizada nos Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (CNAI), possibilitando também a entrega não presencial de documentos pelos utentes.</p> <p>Os CNAI congregam num mesmo espaço vários serviços (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, Autoridade para as Condições de Trabalho, Segurança Social, Conservatória dos Registos Centrais, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, entre outros), aos quais as pessoas migrantes têm de recorrer.</p> <p>Utilizar-se-ão as tecnologias VOIP (Voice Over Internet Protocol), CRM (Customer relationship management) e call center na criação do balcão digital, melhorando também os sistemas de atendimento.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Ausência de serviços online e processos desmaterializados
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais

<b>Denominação</b>	<b>Refugee Welcome Kit (Kit de boas-vindas às pessoas refugiadas)</b>
<b>Ministério</b>	Ministro Adjunto
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar o Refugee Welcome Kit (Kit de boas-vindas às pessoas refugiadas) para apoiar o primeiro contacto das pessoas refugiadas com o país que as está a acolher, contendo um conjunto de ferramentas úteis para a primeira fase de integração.</p> <p>No Kit, as pessoas refugiadas encontrarão informação fácil de explorar, ferramentas de inclusão digital e de comunicação com o exterior e um primeiro contacto com a língua portuguesa. Dos elementos que o integrarão destaca-se o Guia de Acolhimento da Pessoa Refugiada (na língua da própria) com mensagem de boas-vindas, explicações sobre o país, seus hábitos e cultura, referência aos direitos básicos dos cidadãos e das pessoas refugiadas (vacinação e cuidados de saúde, educação, direitos das mulheres, etc.), informações práticas sobre proteção social, acesso ao mercado de trabalho, serviços e linhas de telefone úteis, entre outros.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública

<b>Denominação</b>	<b>APP – immigrant welcome</b>
<b>Ministério</b>	Ministro Adjunto
<b>Em colaboração com:</b>	
<b>Prazo</b>	1.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação com um mapeamento de serviços úteis a pessoas imigrantes. O leque de serviços a mapear e georreferenciar (através de GPS) inclui desde Centros Locais de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI), cursos de língua portuguesa para estrangeiros, associações de imigrantes, Gabinetes de Inserção Profissional, espaços para prática religiosa, serviços e departamentos de reconhecimento de qualificações, serviços de saúde, equipamentos de ensino, entre outros.</p> <p>Pretende-se facilitar o acesso das pessoas imigrantes e refugiadas à informação vital para uma melhor integração e cidadania. Além de informação cidadã, este serviço permitirá reduzir os custos financeiros e de tempo gastos em deslocações e procura de serviços.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Dispersão e inacessibilidade de Informações
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Processo participativo interno à Administração Pública
<b>Denominação</b>	<b>Universidades e SEF em rede</b>
<b>Ministério</b>	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
<b>Em colaboração com:</b>	Ministério da Administração Interna
<b>Prazo</b>	4.º Trimestre 2017
<b>Descrição</b>	<p>Simplificar o processo de validação junto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) da situação dos cidadãos estrangeiros, oriundos de países terceiros à União Europeia, que se pretendam vincular a uma instituição de ensino superior ou que se encontrem a estudar na referida instituição.</p> <p>Na base deste sistema está a consulta de bases de dados do SEF, via webservice, pelos serviços competentes da instituição de Ensino Superior, evitando, assim, que o aluno tenha de se deslocar às instalações do SEF para recolher a documentação que o habilita a permanecer em território nacional. Desta forma, permite-se que os serviços da Universidade obtenham a validação da situação documental dos referidos candidatos e/ou estudantes, através da simples apresentação de um documento comprovativo no ato da matrícula.</p> <p>Garante-se também a interoperabilidade da plataforma com a Direção-Geral do Ensino Superior e o seu alargamento aos Bolseiros de países terceiros à União Europeia.</p> <p>O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras tem protocolo assinado com 10 Instituições de Ensino Superior, pretende-se alargar o seu âmbito de aplicação a outras instituições de ensino superior.</p>
<b>Problema que visa resolver</b>	Complexidade de procedimentos
<b>Destinatários</b>	Cidadãos
<b>Fonte</b>	Pontos focais; Processo participativo interno à Administração Pública.

